

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

MOISSES BACELAR CAMPELO

**A INTERSEÇÃO ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA NA CONCEPÇÃO
AGOSTINIANA DE MAL**

São Luís

2021

MOISSES BACELAR CAMPELO

**A INTERSEÇÃO ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA NA CONCEPÇÃO
AGOSTINIANA DE MAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal.

Linha de Pesquisa 1-Expressões e processos socioculturais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bacelar Campelo, Moisses.

A INTERSEÇÃO ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA NA CONCEPÇÃO
AGOSTINIANA DE MAL / Moisses Bacelar Campelo. - 2021.
69 p.

Orientador(a): Zilmara de Jesus Viana de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2021.

1. Agostinho. 2. Cristianismo. 3. Filosofia. 4.
Mal. 5. Teologia. I. de Jesus Viana de Carvalho,
Zilmara. II. Título.

MOISSES BACELAR CAMPELO

**A INTERSEÇÃO ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA NA CONCEPÇÃO
AGOSTINIANA DE MAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal.

Linha de Pesquisa 1-Expressões e processos socioculturais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

Aprovada em: ____ / ____ / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho (Orientadora)

Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas (Membro Externo)

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha (Membro Interno)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus fiel e bondoso, amigo de todas as horas, que me guia por caminhos que nem toda imaginação humana é capaz de prever.

A minha esposa Zilmara e minha linda filha Maria Luiza, pelo apoio, fé no sustento divino e vivência dos planos de Deus.

Aos meus pais, Francisco das Chagas Campelo e Maria José Bacelar Campelo, pelo exemplo de trabalho, pelo cuidado amoroso e pela priorização da minha educação desde a infância.

Aos meus irmãos Fernando Bacelar Campelo e Marcelo Bacelar Campelo. Obrigado pela alegre comunhão e companheirismo de sempre.

A minha Prof.^a. Dr^a Zilmara De Jesus Viana de Carvalho por seu incentivo, pela amizade, pela paciência e pelo exemplo de pesquisadora e professora.

Aos Professores Dr. Luciano da Silva Façanha e Dr. José Carlos de Castro Dantas, pelas orientações, esclarecimentos e excelentes correções.

A meus amigos que moram no coração: Mickael, Alexandre, Klisman, Ronaldo, Tamara e Adonay. Obrigado pelos almoços e cafés cheios de risos e bate-papos.

Aos meus amigos de longas datas e que tenho como irmãos de sangue: Alisson Silva Cardoso e Luciana Coimbra. Vocês dois honram o significado da palavra amigo.

Aos meus dois mentores: Pr. Walberto Magalhaes e Pr. Jackson Douglas. Obrigado por fazerem parte da minha história e serem exemplo pra mim.

A todos os irmãos e amigos que fazem parte da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IADESL), Area 35.

Aos irmãos do Povoado de Crispiana: tudo o que eu já li em livros não chega nem perto do que eu aprendi morando nesse lugar que foi uma escola de vida pra mim. Saudades!

*“E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era
muito bom,”*
(Bíblia, Gênesis 1:31)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “A interseção entre teologia e filosofia na concepção agostiniana de mal”, visa expor a concepção de mal em Sto. Agostinho, evidenciando o imbricamento das discussões teológico-religiosas e filosóficas contemporâneas a este e que envolveram sua elaboração. Enfocando-se, para tanto, o contexto no qual Agostinho estava inserido e dois momentos fundamentais de sua vida para o desenvolvimento da referida concepção, a saber: quando ele ainda era ouvinte do maniqueísmo e depois quando já era um convertido ao cristianismo. Objetiva-se, assim, analisar a origem do mal segundo o maniqueísmo, utilizando as próprias descrições sobre essa doutrina a partir dos textos de Agostinho e como as ideias desta seita estão ligadas a cosmologia, a teologia e a antropologia, enfatizando-se, ainda, algumas de suas doutrinas centrais. Abordando, em seguida, a adesão e abandono de Agostinho ao maniqueísmo, as consequências desse abandono e os motivos de sua vinculação ao Cristianismo, analisando como esta nova fé mudou seu conceito sobre o mal em relação a Deus, ao homem e ao mundo. Ademais, pretende-se mostrar, para além da perspectiva biográfica das *Confissões*, por conseguinte, com base na obra *Livre-arbítrio* as mudanças operadas na sua concepção de mal. Propõe-se a investigação da interseção entre teologia e filosofia das referidas questões, expondo o pensamento do autor, de modo a contribuir com este importante tema a partir do pressuposto de que não apenas um saber específico concorre para a construção da concepção agostiniana de mal, mas saberes que se entrecruzam.

Palavras-chave: Agostinho. Mal. Filosofia. Teologia. Cristianismo.

ABSTRACT

The present work, entitled “The intersection between theology and philosophy in the Augustinian conception of evil”, aims to expose the conception of evil in St. Augustine by evidencing the overlapping of theological, religious and philosophical discussions contemporary to Augustine and that involved the elaboration of his conception. The objective is, therefore, to analyze the origin of evil according to Manicheism by using the descriptions of this doctrine from the Augustinian texts and how the ideas of this sect are linked to cosmology, theology and anthropology. It still emphasizes some of its central doctrines. Then, it approaches Augustine's adhesion and abandonment to Manichaeism, the consequences of this abandonment and the reasons for his connection to Christianity, and analyzes how this new faith changed his concept of evil in relation to God, man and the world. Furthermore, it is intended to show, beyond the biographical perspective of the Confessions, based on the Augustine's book Free Will, and the changes made in his conception of evil. Finally, it investigates the intersection between theology and philosophy of these issues, and exposes the author's thinking, in order to contribute to this important theme based on the assumption that not only a specific knowledge contributes to the construction of the Augustinian conception of evil, but also knowledges that interact among themselves.

Keywords: Augustine. Evil. Philosophy. Theology. Christianity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O MAL SEGUNDO A PERSPECTIVA DE AGOSTINHO SOB A INFLUÊNCIA DO MANIQUEÍSMO	17
2.1	A Origem do maniqueísmo: do dualismo ontológico Zoroástrico a imitação do Cristianismo.....	21
2.2	As doutrinas do Maniqueísmo: pluralidade, misticismo e sincretismo.	23
2.2.1	Dualismo ontológico maniqueísta: herança dos mitos.....	25
2.2.2	O materialismo maniqueísta e a natureza do mal:	26
2.2.3	A antropologia e a moralidade no maniqueísmo: do corpo como prisão da alma ao desligamento moral.	27
2.3	Exposição e análise sobre o mal segundo o maniqueísmo:	28
2.4	A aceitação do conceito ontológico-materialista-maniqueísta do mal.	32
2.5	Distanciamento do conceito ontológico-materialista-maniqueísta.	34
3	ORIGEM DO MAL SEGUNDO A PERSPECTIVA AGOSTINIANA: A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO	36
3.1	Compreensão de Agostinho sobre o mal à luz do Cristianismo	36
3.2	A assimilação da concepção metafísica de substância espiritual do neoplatonismo de Plotino: a contribuição da filosofia.....	37
3.3	O Tratamento paternal e a hermenêutica do bispo Ambrósio: a contribuição da teologia.....	39
3.4	Agostinho e a concepção cosmológica do relato da criação de Gênesis.....	39
3.5	Os elementos do conceito de mal em Agostinho: <i>Privato Boni</i> (privação do bem).....	41
4	A INTERSEÇÃO ENTRE FILOSOFIA E TEOLOGIA NA CONTROVÉRSIA MANIQUEÍSTA SOBRE O MAL	48
4.1	O mal na religião Judaica	48
4.2	O Mal na Filosofia:.....	49
4.3	O mal na história de Agostinho:	50
4.3.1	O mal experimentado:.....	50
4.3.2	O mal debatido.....	50
4.3.3	O mal respondido.....	51
4.4	A teologia da criação como contexto para interseção entre teologia e filosofia:	55
4.4.1	Os maniqueus e a leitura de Genesis: O problema da hermenêutica maniqueia.....	55
4.4.2	Agostinho e sua refutação a leitura maniqueia de Genesis: teologia e filosofia como fundamento.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O mal está no mundo e no homem e não é um problema fácil de resolver. Seus tentáculos se espalham causando espanto e gerando muitas repostas que vão desde a negação absoluta até a afirmação dogmática. Mais que um problema abstrato e etéreo, o mal fascina, e espanta, causa perplexidade e inquieta por sua natureza inegável e sua realidade no mundo. Mas seria o mal um problema intelectual insolúvel? Poderia o mal ser reduzido a respostas prontas, análises superficiais e explicações contraditórias? O problema do mal é tão antigo que é possível identificá-lo nas raízes religiosas dos antigos cultos aos deuses em povos e civilizações espalhadas pelo globo ao longo da história. Esta temática tornou-se parte dos mitos, conteúdo de poemas épicos e foi debatida em academias e escolas filosóficas, retomado de forma incisiva na modernidade e até hoje continua sendo, segundo Paul Ricoeur (1988) “um problema para teólogos e filósofos” e um tema tratado em diálogos públicos devido a fenômenos como violência, terrorismo e criminalidade.

O período da Patrística nunca foi uniforme em relação a doutrina. Na verdade, foi a época histórica da igreja mais produtiva e ao mesmo tempo mais cheio de variedade em relação ao posicionamento doutrinário. Tornou-se um farol de conhecimento bíblico-teológico e exegético ao ponto de toda a cristandade beber das suas fontes. Tanto católicos durante o período medieval quanto protestantes do período da reforma conseguem retirar das fontes da patrística o arcabouço teórico para fundamentação teológica. Agostinho se destaca dentro desse cenário porque os seus escritos oferecem respostas a temas universais unido ao melhor da cultura clássica e da herança judaico-cristã, sendo suas ideias responsáveis pela formação da estrutura filosófica para o próprio Ocidente. A filosofia tem uma dívida em relação as suas contribuições para ontologia, ética, epistemologia, linguagem e para Cultura em geral.

Historicamente, o mal sempre foi um problema tanto no mundo antigo, quanto no mundo moderno, tanto na esfera pessoal quanto na esfera pública. Este problema real levou à reflexões profundas, e respostas foram dadas ao problema do mal, perpassando respostas céticas, mítico-religiosas, filosófico-morais e sociológicas. Filosoficamente, o mal nunca deixou de ser um tema cheio de controvérsias e causador de diálogos acalorados que fizeram tanto o ateu quanto o crente argumentarem em uma discussão sem fim. Diante da importância da temática abordada, este trabalho tem como objetivo analisar dentro de uma perspectiva teológico-filosófica a origem do mal segundo a filosofia de Agostinho, a partir do contexto histórico-biográfico da sua controvérsia com o maniqueísmo e da sua ligação posterior com o cristianismo.

A afirmação central desse trabalho é que o Doutor Agostinho utilizou temas teológicos e filosóficos em sua resposta ao maniqueísmo, sem cair em um antagonismo desnecessário e sem misturar a natureza ou mesmo deixar de reconhecer o papel e limites tanto da teologia quanto da filosofia. No mestre de Hipona existe uma combinação de teologia e filosofia a serviço da fé, mas dentro das possibilidades da razão.

No século IV d.C. a teologia era associada aos mitos gregos e o propósito de Agostinho era mostrar que o Cristianismo era a verdadeira filosofia. A palavra usada por Agostinho que mais se aproxima do significado moderno de teologia é o termo doutrina. Logo o sentido do título dado à teologia é o sentido moderno ligado ao sentido antigo de doutrina, pois, longe de afirmar o dualismo teologia/filosofia, Agostinho se torna um exemplo do papel complementar que teologia e filosofia podem exercer na contribuição a temática da teodiceia. A fé e a razão caminham de mãos dadas formando um arcabouço teórico que ficou como herança tanto para teologia quanto para a filosofia.

Agostinho fez história dentro da teologia cristã e durante 11 séculos reinou supremo como a mente teológica e filosófica que moldou a igreja e podemos afirmar que se tornou um dos pilares da formação intelectual do Ocidente. O doutor da Igreja respondeu a grandes questões da época escrevendo tratados, homilias e comentários exegéticos, que ainda hoje servem de debates e oferecem contribuições no âmbito das grandes questões universais.

A importância de Agostinho em relação ao debate sobre o mal é tão grande que outros pensadores que vieram depois dele (Tomás de Aquino, Leibniz, John Hick) e até os que não concordaram com suas conclusões, ainda dialogaram com suas ideias, procedendo a um exame, por vezes, detalhado de suas exposições, principalmente, daquelas contidas em sua magna obra *Livre-Arbitrio*. A influência de Agostinho como filósofo pode ser vista atualmente em autores conhecidos da Filosofia como Hannah Arendt, Martin Heidegger, Edmund Husserl, Ludwig Wittgenstein. Logo, sua contribuição filosófico-conceitual é inegável, pois ela vai além da visão ontológico-metafísica do maniqueísmo e mergulha em análises existenciais e racionais ligadas à sua percepção cristã, tornando o tema um grande exemplo da fé em busca de compreensão.

A obra *Confissões* contém sua autobiografia espiritual, reflexões filosóficas e orações que demonstram que desde cedo o mal foi tema recorrente em sua busca pela verdade, evidenciando, ainda na referida obra como seus troços iniciais se transformaram em reflexões críticas sobre as fábulas e ilusões que viveu:

De onde então vem o mal? Porventura da matéria que ele usou? Haveria nela algo de mal, e Deus, ao dar-lhe forma e ordem, teria deixado algo por transformar em bem? E por que teria procedido dessa maneira? O Onipotente teria sido impotente para convertê-la, de modo que nela não permanecesse mal nenhum? (AGOSTINHO, 1997, p. 86).

Em sua obra *Livre-arbítrio*, por outro lado, está o núcleo de seu pensamento sobre o mal, e seus diálogos com Evodio mostram que ele estava com suas reflexões afiadas para falar sobre as trincheiras das problemáticas do mal. Esta pesquisa visa analisar sua contribuição nesse milenar debate a partir do núcleo das obras *Livre-arbítrio*, *Natureza do Bem* e da sua autobiografia *Confissões*, sem deixar de corroborar suas ideias com outras obras onde ele faz análises sobre o tema do mal.

Agostinho nasceu em Tagaste, em 13 de novembro do ano 354 e viveu no período historicamente conhecido como Antiguidade Tardia. Foi um dos mais importantes filósofos e teólogos da história, tendo produzido 400 sermões, 270 tratados doutrinários, sob a forma de cartas, e 150 livros. A igreja da época tinha seu poder consolidado devido ao status de religião lícita, concedido pelo Império Romano. O estoicismo, neoplatonismo, maniqueísmo e gnosticismo eram algumas das correntes filosóficas mais populares nos dias que o hiponense viveu. O império Romano sofria grandes invasões dos bárbaros. A igreja enfrentava o perigo da divisão devido as heresias. A astrologia fazia parte da cosmovisão da época e os mitos pagãos eram integrantes do credo popular. Além disso, havia uma profunda crise moral e política no Império Romano, posto que no modo de ver de muitos o Cristianismo era o principal culpado por sua queda. As grandes ondas de perseguição já haviam cessado, mas o desafio dos grandes debates sobre doutrinas centrais da fé continuava e requeria respostas urgentes que unissem fundamento teológico com argumentação filosófica avançada. Para todo esse contexto de mudança e pressões de heresias que ameaçavam a fé uma mente brilhante se levantaria para responder em alto e bom som ao ponto de ser ouvido 17 séculos depois. Agostinho escreveu dentro do contexto religioso, mas impactou além dessa esfera, moldando a espiritualidade medieval, sendo modelo de teólogo cristão e de filósofo que se eternizou em temas como amor, filosofia da história, tempo, mal, trindade, pecado, livre-arbítrio, predestinação.

Foi no meio desse turbilhão de ideias que o jovem Agostinho cresceu e logo foi desafiado pelo problema do mal, que não era para ele primeiramente um problema filosófico ou teológico, mas um problema existencial, pessoal, pois era algo que fazia parte de sua vida e história, e aqui uma questão importante deve ser explicitada sobre o pensamento de Agostinho: sua obra não pode ser divorciada da vida, visto que sua autobiografia se tornou uma peregrinação espiritual onde ele produziu reflexões teológicas e filosóficas. Ou seja, o

problema do mal em Agostinho é tanto intelectual quanto pessoal. Ele não está apenas buscando resposta para uma impessoal pergunta, mas buscando resolver questões que lhe afetam subjetivamente. A sua vida é a plataforma que ele expõe ao mundo através dos seus escritos e enquanto ele escreve sobre o que viveu, pensa sobre as filosofias que conheceu e sobre o impacto delas sobre sua vida. Agostinho (1995, p. 86) mesmo indaga:

De onde então vem o mal? Porventura da matéria que ele usou? Haveria nela algo de mal, e Deus, ao dar-lhe forma e ordem, teria deixado algo por transformar em bem? E por que teria procedido dessa maneira? O Onipotente teria sido impotente para convertê-la, de modo que nela não permanecesse mal nenhum? Enfim, por que empregou essa matéria, ao invés de usar sua onipotência para reduzi-la ao nada? Poderia ela existir contra a vontade dele? E se era eterna, por que a deixou subsistir nesse estado por um tempo infinito, para só depois decidir fazer uso dela? Ou se a decisão de agir foi repentina, por que sua onipotência não a reduziu ao nada, para que subsistisse apenas ele, verdadeiro sumo e infinito bem? Ou se não era bom que a Bondade deixasse de realizar coisas boas por que não aniquilou a matéria má reduzindo-a ao nada, estabelecendo outra que fosse boa e com ela criando todas as coisas? Que onipotência era a sua, se não podia criar algo de bom sem o auxílio de matéria não criada por ele?

Qual o sentido da busca pelas gênesis do mal? Seria o mal um problema ontológico? Seria um problema moral? Ou apenas uma questão natural? De onde então vem o mal? O teólogo e filósofo Agostinho parte da tematização sobre a existência do mal, e pressupõe sua realidade buscando analisar dentro de uma perspectiva cristã e filosófica a origem do mal ou mesmo a possível participação de Deus na sua origem. Mas a que mal está o pensador se referindo mais diretamente? Qual a ideia de Agostinho sobre o mal? Qual a influência do maniqueísmo na ideia de Agostinho sobre o mal? Para ele era preciso definir ou delimitar o significado para evitar confusões ou misturas de cunho semântico. Pois Agostinho está em busca da verdade sobre a origem do mal, preocupando-se de modo mais particular com o mal praticado pelos homens, sem com isso descartar a discussão ontológica que o permeia. Ele é um teólogo que pensa como filósofo sem deixar de manter sua fé e utilizar sua razão. Mas seria a gênesis do mal em Agostinho uma ideia uniforme? Será que é possível traçar uma linha introdutória que passa pela sua ideia de mal ainda no seu tempo de aceitação do maniqueísmo até as modificações teológicas e filosóficas operadas em sua adesão a fé cristã? É Deus autor do mal já que tudo Ele criou? Se não é, então qual a explicação para origem do mal? Qual mudança aconteceu em seu conceito sobre a origem do mal após sua conversão ao Cristianismo? Seria o mal originado no homem?

Agostinho parte do seu conceito de Deus Imutável como Bem Supremo e logo vê o problema do mal não como ligado a criação, mas na esfera humana do mal-uso do livre arbítrio, o Bispo de Hipona diz que:

[...] não tinha uma ideia clara e nítida da causa do mal. Porém, qualquer que ela fosse, tinha assente para mim que de tal modo eu havia de buscar, que por ela não devia ser constringido a crer, como mutável, um Deus imutável, pois, doutra maneira, cairia no mal cuja causa procurava. Por isso, buscava-a com segurança, certo de que não era verdadeira a doutrina que esses homens (maniqueus) pregavam. Fugia deles com a alma, porque, quando eu indagava a origem do mal, via-os repletos de malícia que os levava a crerem antes sujeita ao mal a vossa substância do que a deles suscetível de o cometer (AGOSTINHO, 1997, p. 84).

Percebe-se em Agostinho que a fé tem certos princípios que ele se apega a priori e a partir daí extrai a conclusão de que a doutrina maniqueísta não oferecia a verdade sobre o problema do mal, antes enganava, e que mesmo estando preso durante algum tempo nestas fábulas, ainda cria: “[...] que um deus bom não podia ter criado uma natureza má” (AGOSTINHO, 1997, p. 84.).

Agostinho havia percebido que seu passado no maniqueísmo era fruto de ignorância e tentando sair das garras do dualismo, caíra no abismo do ceticismo acadêmico. Mas depois de pesar os prós e contras nos argumentos em relação a origem do mal, ele aderiu a fé católica. A sua nova fé unida à sua herança filosófica neoplatônica o fez levantar a questão da origem do mal de uma nova perspectiva.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho está em expor o problema do mal segundo Agostinho em dois momentos da sua vida levando em conta a interseção entre a teologia e filosofia: quando ele ainda era ouvinte do maniqueísmo e depois quando já era um convertido ao cristianismo. Mesmo sabendo das diferenças de ênfases dentro da obra *Livre-arbítrio*, pretende-se mostrar as causas gerais da mudança na concepção de mal e as consequências dessa mudança em relação à conceituação das gênesis do mal. A abordagem é mais temática que cronológica, e mais comparativa que pormenorizada, reconhecendo-se que a evolução do seu pensamento é complexa, porque vai da inicial influência do maniqueísmo, para a influência do estoicismo de Cícero, passando por um período no platonismo junto com o cristianismo, tornando-se depois predominantemente cristão.

Nesse sentido, o presente trabalho acadêmico possui 4 capítulos. No primeiro capítulo busca-se contextualizar o tema, expor a problemática, mostrar sua importância, citar as bibliografias de Agostinho que serão base da pesquisa, além disso esclarecer o significado da temática evitando reducionismo ou mesmo anacronismos.

No segundo capítulo analisaremos o contexto no qual a discussão sobre o mal se dá, para a partir daí abordar o mal segundo o maniqueísmo, utilizando as próprias descrições sobre essa doutrina a partir dos textos de Agostinho, e como as ideias desta seita estão ligadas a cosmologia, a teologia e a antropologia. Além disso, nesse capítulo far-se-á menção a origem do maniqueísmo, a algumas de suas doutrinas centrais, e, a partir de uma perspectiva mais biográfica, a adesão e abandono do hiponense ao maniqueísmo.

No terceiro capítulo tratar-se-á da origem do mal agora sob a perspectiva teológica e filosófica de Agostinho vinculado ao cristianismo, mostrando as causas do abandono do maniqueísmo, as consequências desse abandono e como esta nova fé mudou seu conceito sobre o mal em relação a Deus, ao homem e ao mundo. Propõe-se a investigação detida das referidas questões, expondo o pensamento do autor, de modo a contribuir com a reflexão filosófica sobre este importante tema. Nesse sentido, o tema do mal será apresentado não exclusivamente a partir da perspectiva biográfico-existencial, presente em sua obra *Confissões*, que se constitui como a gênese de suas inquietações sobre a referida temática, mas também, tomando como referências as obras *O Livre-arbítrio* e *Natureza do Bem*, na qual, em um tom mais apologético, apresenta seu pensamento sobre a origem do mal e sua relação com o livre-arbítrio, de modo que é possível comparar a conceituação sobre o mal em dois momentos da sua história, uma vez que a investigação sobre o mal na ótica do filósofo se faz necessária e possível tanto do ponto de vista biográfico-temático, quanto de uma perspectiva mais conceitual-filosófica.

No quarto capítulo, a partir da premissa básica do diálogo entre teologia e filosofia, será exposto como Agostinho se apropria da herança judaico cristã, especificamente da visão sobre a criação expressa em Gênesis, e também como faz uso das ideias de Plotino sobre a natureza de Deus e como nesse intercâmbio ele consegue unir contribuições conceituais tanto da teologia cristã quanto da filosofia grega para responder ao problema do mal. Ele não foi o primeiro a tratar desse problema tão conhecido na Antiguidade, mas teve o mérito de organizar as grandes repostas ao tema, apresentando através dos diálogos as objeções e os argumentos. Se entendermos a filosofia como a busca pela Sabedoria e a teologia como a fé em busca de compreensão, então o problema do mal serve de contexto intelectual para a interseção entre a teologia e filosofia. A interseção entre filosofia e teologia será vista claramente pela comparação entre a compreensão dos maniqueus sobre a Criação no livro de Gênesis e a resposta de Agostinho a essa polêmica afirmando sua tese na natureza de Deus como Supremo Bem, na bondade da Criação e liberdade ou responsabilidade moral do homem. Agostinho faz uso tanto dos elementos filosóficos quanto de ideias teológicas para explicar o problema do mal.

Agostinho de Hipona contribuiu grandemente para o saber filosófico-teológico sobre o mal no contexto cultural da sua época. O mestre de Hipona viveu no período da Antiguidade Tardia onde imperava o paganismo e sob a influência de Platão e do Neoplatonismo utilizou sua mente e pena perspicaz a serviço de sua fé católica, oferecendo assim um retrato do contexto filosófico e religioso e do papel da filosofia ao servir à teologia cristã e, por conseguinte, do entrelaçamento entre o teológico e o filosófico.

Precisamos agora de uma muito maior atenção do que a exigida para a explicação e solução dos problemas dos livros anteriores. É que, de facto, ao tratarmos da chamada teologia natural, temos que lidar, não com quaisquer homens (pois já não se trata da teologia fabulosa ou civil, isto é, a do teatro e a da cidade, das quais uma exalta ostensivamente os crimes dos deuses e a outra põe a descoberto os seus mais criminosos desejos, desejos, portanto, mais de demónios maléficis do que de deuses), mas é com filósofos que devemos discutir, com aqueles cujo nome proclama o amor da sabedoria. Ora se a Sabedoria é Deus por quem tudo foi feito, como o demonstraram a autoridade divina e a verdade, verdadeiro filósofo é o que ama a Deus. Mas porque a própria coisa assim chamada não existe em todos os que se gabam deste nome (realmente nem todo aquele que se diz filósofo é por isso amigo da verdadeira sabedoria), certamente que, de entre todos aqueles cujas opiniões e escritos podemos conhecer, teremos que escolher aqueles com quem se pode dignamente tratar desta questão. Aliás, nesta obra não pretendo refutar todas as opiniões de todos os filósofos, mas apenas as que se referem à teologia, palavra grega com que queremos significar o pensamento ou palavra acerca da divindade; e mesmo assim, não a opinião de todos, mas apenas a dos que, admitindo embora a existência de Deus e a sua solicitude para com os homens, julgam todavia que o culto de um Deus único e imutável é insuficiente para se obter a bem-aventurança depois da morte e creem que por isso é preciso adorar uma multidão de deuses, criados, aliás, e instituídos pelo único e verdadeiro Deus.(AGOSTINHO, 2000, p. 703)

A teologia e a filosofia nunca foram inimigas durante o nascimento e desenvolvimento do Cristianismo. Tanto dentro do Novo Testamento, quanto nos textos escritos nos primeiros séculos, percebe-se uma ligação e utilização de termos filosóficos como, por exemplo, Logos, como também conceitos ou metáforas de origem religiosa como as expressões Joaninas citadas no capítulo 1, comentando Genesis 1. Nesse simples exemplo bíblico, observa-se uma assimilação e reconceituação de temas e ideias com as quais o público da época já tinha contato e estava ciente do sentido de que agora essas palavras estavam adquirindo. Ou seja, em vez de antagonismo ou afastamento completo, existe uma interseção entre teologia e filosofia dentro do Novo Testamento, isso sem querer dizer que elas deixaram de existir enquanto saberes distintos, sendo uma assimilada completamente pela outra, mas registrando que várias vezes recursos literários da filosofia grega, palavras do vocabulário grego, debates comuns da cultura grega aparecem ligados ao mundo Paulino, donde se pode inferir que teologia e filosofia tem suas divergências, mas também possuem temas comuns e que as duas podem contribuir assim para enriquecer o debate e fornecer arcabouço teórico para

se pensar temas hoje com as contribuições de ontem. Ademais a teologia também utilizou a filosofia para expressar as fórmulas doutrinárias que seriam repetidas nas liturgias e citadas em debates durante os concílios.

Além dos exemplos do uso e influência da filosofia no Novo Testamento, é perceptível nos Apologistas (Justino, Tertuliano) do século II o protagonismo da filosofia como auxílio à defesa da fé cristã diante dos ataques contra a cristandade vindos dos textos de autores romanos como Celso ou Marcus Aurélio. A filosofia tornou-se conteúdo das Homilias, ferramenta para as alegorias de Orígenes, chegando inclusive a ser vista “como levando a Deus”. No conteúdo das explicações de Ambrósio sobre textos do Antigo Testamento, as explicações eram pautadas no método filosófico que veio de Filo de Alexandria, e que influenciou praticamente toda a hermenêutica utilizada na Idade Média. Os argumentos filosóficos baseados em ideias estoicas e platônicas, podem ser encontrados nos escritos dos Pais e Doutores da Igreja durante os cinco primeiros séculos.

Pretende-se demonstrar, portanto, a contribuição significativa dada por Agostinho a questão do mal, contribuição essa que muito influenciará as tematizações modernas, em que pese adotar um ponto de vista teológico-filosófico. Diante disso, cabe-nos utilizar suas obras e de outros teóricos para desenvolver uma pesquisa sobre o mal em Agostinho apontando a interseção entre teologia e filosofia.

2 O MAL SEGUNDO A PERSPECTIVA DE AGOSTINHO SOB A INFLUÊNCIA DO MANIQUEÍSMO

O propósito desse capítulo é apresentar o pensamento de Agostinho sobre o mal, quando ainda era um “ouvinte” no maniqueísmo, apresentando a origem e doutrinas do maniqueísmo, e corroborando as percepções sobre os maniqueus através de referências aos autores da Patrística.

Agostinho não foi o primeiro a tratar sobre o problema do mal. Antes dele o problema do mal no século 1 já havia sido abordado dentro da literatura Joanina (Evangelho de João e Cartas de João) e Paulina (Romanos). Tanto João quanto Paulo entendem o mal como algo ligado ao homem e sua natureza pecaminosa (Romanos 7; 1 João 1). No século 2, o Gnosticismo expressou um conjunto de crenças sobre o mundo, Deus e o homem, que se chocava contra a tradição dos textos já utilizados nas reuniões dos cristãos primitivos. O mal, segundo os gnósticos, estava ligado a matéria, pois o mundo espiritual era bom, mas a criação material era má em si mesma, tornando assim impossível que o Deus bom tivesse ligação com ela, este mundo, contudo, estava especificamente relacionado ao Demiurgo. Isso resulta em um dualismo ontológico que afeta a Cristologia, a Antropologia e a teologia da criação. A encarnação de Cristo é fantasmagórica, o homem tem o mal na prisão do seu corpo, e a criação material é naturalmente má. A salvação é vista como libertação da alma dessa prisão, que é o corpo.

Mesmo a ênfase dos primeiros séculos, dentro dos debates teológicos, seja na Cristologia, o tema do mal não passa despercebido dos primeiros Apologistas e Doutores da igreja. Seguindo a lista de A.D. Sertillanges (2020) nomes como, Tito de Bostra, São Justino, Taciano, Teófilo de Antioquia, Melito de Sardes, São Basílio, Tertuliano e Lactancio já falavam sobre o mal mesmo sem desenvolver uma doutrina completa a respeito do tema. Mas é necessário entender, mesmo que seja de forma exemplificada através de citações dos textos dos autores, como o mal foi compreendido pelos Apologistas e Doutores da Igreja Grega e Latina, tendo assim uma visão panorâmica e anterior as contribuições Agostinianas a teodiceia. Seguindo a linha do tempo da Patrística corrobora Orígenes:

Mas essas naturezas racionais são necessariamente suscetíveis de alteração e de mudança, porque, como dissemos atrás, foram feitas no início, foram criadas e antes não existiam; elas não existiam, e começaram a existir. Com efeito, fosse qual fosse a potência que estava inerente à sua substância, não lhes era inerente por natureza, mas como um benefício do Criador. O que elas são não está nelas como próprio e eterno, mas foi concedido por Deus. Não foi sempre assim, e o que uma vez foi concedido pode ser retirado, ou regredir. A causa dessa regressão estará nele se os movimentos da sua alma não forem conduzidos de maneira conveniente e digna de aprovação.

Porque o Criador concedeu às inteligências criadas por ele movimentos voluntários e livres para que o bem nelas se tornasse próprio, quando elas o conservam por sua própria vontade; mas a preguiça e o tédio perante o esforço de conservar o bem, e a aversão e negligência com respeito aos valores superiores foram o começo de um afastamento com relação ao bem. Ora, afastar-se do bem e cair no mal é a mesma coisa, pois é certo que o mal é a carência do bem. Acontece, pois, que, à medida que há um retraimento do bem, chega-se ao mal na mesma proporção. Por conseguinte, cada inteligência, ao negligenciar o bem em suas ações, seja de forma ampla, ou restrita, era atraída no sentido contrário do bem, que é com certeza o mal. Parece que o Criador do universo tomou, desse modo, certos germes, e causas da variedade e diversidade, para criar o mundo variado e diversificado, conforme a diversidade das mentes, isto é, das criaturas racionais – diversidade que, me parece, foi produzida pela causa que acima dissemos. Quando dizemos diverso e variado, é isso mesmo que queremos assinalar. (ORIGENES, 2012, p. 86)

Uma ideia comum aos escritores cristãos dos primeiros três séculos é a afirmação do papel de Deus como Criador de todas as coisas, vendo assim a criação como obra sua e por isso boa. Não existe abertura para dualismo ou panteísmo. Além disso, Deus concede liberdade ao homem, sendo este responsável pela forma como usa esse dom dado pelo criador. Possivelmente Orígenes foi o autor que mais influenciou em relação ao conceito de mal e concepção de livre-arbítrio. Conforme Orígenes (2012, p. 170):

Em seguida, como se tivesse alguns segredos sobre a origem do mal, mas os guardava para só dizer o que fosse adaptado ao povo simples, afirma que basta dizer ao povo a respeito da origem do mal que o mal não vem de Deus, que é inerente à matéria e reside nos seres mortais. Mas é bem verdade que o mal não vem de Deus. Pois segundo nosso Jeremias, é claro que: “Não é da boca do Altíssimo que saem os males e a felicidade” (Lm 3, 37). Mas para nós não é verdade que a matéria que reside nos seres mortais seja a causa do mal. O espírito de cada um é a causa de sua malícia pessoal: ela é o mal; os males são apenas as ações que ela ordena, e para nós, falando no rigor dos termos, nada mais é algum mal. Sei, porém, que o assunto exige uma discussão e uma argumentação desenvolvidas: graças a um dom de Deus que ilumina o espírito, elas podem ser conduzidas ao bem por aquele que Deus julga digno de semelhante conhecimento.

A natureza do mal é claramente descrita como sendo resultado do espírito de cada um. A matéria não é má, muito menos Deus. As ações más dos seres humanos vêm deles próprios e não de seu corpo. Nenhum resquício de determinismo ou fatalismo estoico. Nenhuma associação a uma cosmologia gnóstica ou ascetismo radical. O mal é algo que brota dentro do ser humano e não pode ser classificado na esfera do ser, mas na esfera do agir livremente. É o ser humano que causa o mal e não algo que existe nele anterior que poderia ser a causa. A responsabilidade humana pelo mal é inegável. A marca registrada dos pais da igreja é a fundamentação nas Escrituras e a argumentação filosófica.

Seguindo essa linha temática o alexandrino Santo Atanásio comenta sobre o mal:

Todo o seu sistema parece então vacilante, e é necessário pôr em todo o seu brilho a verdade do ensinamento da Igreja: o mal não vem de Deus, não está em Deus, não existiu no começo e não tem substância. Mas são os homens que, recusando pensar no bem, puseram-se a conceber e a imaginar por sua vontade o que não existe. Quando o sol brilha e ilumina com a sua luz toda a terra, se um homem fechasse os olhos e imaginasse que está na escuridão, se bem que a escuridão não exista, e depois caminhasse ao acaso como se errasse na escuridão, caindo incessantemente e caminhasse para os precipícios, pensaria que não age na claridade, mas que está na escuridão e acreditaria olhar, mas nada do todo veria. Da mesma maneira a alma humana, fechando os olhos que lhe permitem ver Deus, imaginou o mal e estando em movimento, acredita fazer alguma coisa, enquanto não sabe que nada faz, porque é o nada que ela imagina. Ela não permaneceu tal qual foi feita, mas se mostra tal qual foi modelada ela mesma. Porque foi feita para ver Deus e para ser iluminada por ele; mas no lugar de Deus, são as coisas corruptíveis e as trevas que ela procurou, como o diz em alguma parte o Espírito na Escritura: “Deus criou o homem reto, mas ele procurou muitas perversões” (Eclo 7,29) (ATANASIO,2012, p. 31.)

O mal é um tema comum nos escritos dos pais da igreja. Isso não quer dizer que todos escreveram extensamente sobre ele, mas que em geral vários deles tinham uma opinião a respeito. O mal era visto como sendo eterno, ligado a Deus e como substância. No que se refere a Atanásio, este escreve tanto para combater as falsas ideias dos pagãos, quanto para ensinar a igreja. Desse modo, em Atanásio as metáforas típicas do misticismo dos textos gnósticos, agora são utilizadas em prol da ortodoxia e transformam-se em caminhos que conduzem a clareza da luz da verdade da fé. Mais uma vez a origem do mal vem como resultado da alma, voluntariamente rejeitando a revelação de Deus e mergulhando no mal. Foi a busca pelo corruptível e pelas trevas que levaram ao mal. O texto de Atanásio termina com uma afirmação bíblica de Salomão em Eclesiastes que fundamenta criação do homem em estado de bondade e sua livre escolha de cair no erro.

Contribuindo com o tema, e apresentando muita proximidade ou mesmo igualdade em relação a ideia sobre o mal de Agostinho, afirma Ambrósio:

O que diremos, então? Se o mal não é sem princípio, como se fosse incriado, nem foi feito por Deus, de onde o recebe a natureza? Pois nenhum sábio negou a existência de coisas más neste mundo, visto que neste mundo é tão frequente a queda para a morte. Porém, a partir do que já dissemos, podemos compreender que o mal não é uma substância viva, mas uma depravação da mente e do espírito, um desvio do caminho da virtude, que se insinua frequentemente nos espíritos dos negligentes. Portanto, para nós, o perigo que vem de fora não é maior do que aquele que vem de nós mesmos. Está dentro o adversário, está dentro o autor do erro; dentro, digo eu, fechado dentro de nós mesmos. Vigia o teu propósito, examina a disposição de tua mente, contrapõe uma sentinela aos pensamentos de tua mente e aos desejos de teu espírito. Tu mesmo és a causa de tua perversidade, tu mesmo és o guia de tuas infâmias e o instigador de teus crimes. Que outra natureza podes avocar para escusar tuas quedas? Oxalá não empurrasses a ti mesmo, oxalá não caíesses, oxalá não te envolvesse em paixões desregradas, nem em vilezas, nem em ambições, que nos mantêm presos como que em redes. (SANTO AMBROSIO,2009, p.220)

A fascinação do tema não passou despercebida de Ambrósio, que demonstra sua inquirição filosófica no roteiro da teodiceia, perguntando-se sobre a origem do mal. A afirmação direta é uma declaração retumbante de que Deus não é o autor do mal. A causalidade do mal é divorciada da pessoa divina. O mal é visto como um desvio ou depravação, resultando da negligência. Todos os termos trazem a conotação de responsabilidade moral e liberdade de ações. A substancialidade do mal é negada, e sua causa é descrita ligada ao ser humano como autor deste. O pai capadócio, Gregório de Nissa, aumenta a lista de autores que falaram sobre o mal:

Sobre este ponto podemos fazer uma observação que é, antes, do domínio da “Física” e que é uma maneira de ver assaz interessante. Eis: a Divindade é o Bem Supremo, para a qual tendem todos os seres possuídos do desejo do Bem. Por essa razão também nossa inteligência, que é à imagem do Bem perfeito enquanto conserva a semelhança com o arquétipo, porquanto lhe é possível, se mantém no bem; mas, se dele se afasta, ela é despojada de sua beleza primeira. [...] Com efeito, a inteligência, como um espelho que apresenta à forma de todos os bens a parte posterior, rejeita as manifestações do esplendor do bem e modela nela a deformidade da matéria, assim desse modo nasce a gênese do mal, que surge pelo afastamento gradual do bem. Todo bem, qualquer que ele seja, é da mesma família que o primeiro bem; mas tudo o que não tem com o [primeiro] bem nem participação nem semelhança, não possui absolutamente nenhuma bondade. Se, portanto, segundo a argumentação considerada, o bem real é uno, a inteligência recebe sua beleza da criação à imagem do Bem, e a natureza, que é guiada pela inteligência, é como uma imagem da imagem. Disto se mostra como a parte material de nosso ser recebe toda consistência e toda ordem da natureza que a governa, mas que sua separação com aquilo que lhe dá ordem e coesão e sua ruptura com a tendência natural que a une ao bem desencadeiam sua dissolução e seu retorno para baixo. Esta queda não acontece senão quando a inclinação da natureza se dirige para o oposto, não seguindo o desejo do Bem, mas indo na direção daquilo que tem necessidade de tornar-se bem. Com efeito, de toda necessidade, a matéria que mendiga sua própria forma impõe sua deformidade àquele que se lhe torna semelhante. (GREGÓRIO DE NISSA, 2011, p. 38)

Contribuindo também com a temática, Gregório de Nissa quer mostrar que o mal é na verdade um afastamento gradual do bem. Existe aqui uma ligação ainda com Plotino em relação a realidade do bem como contrária do mal. A natureza do mal é vista de forma totalmente negativa. Deus é visto, dentro da filosofia de Platão como supremo o bem e todos aqueles que participam na verdade da ideia de bem participam na verdade do bem supremo de Deus.

João Crisóstomo faz críticas às ideias dos Maniqueus:

Contra os maniqueus: a matéria não é má. Onde estão agora os que ousam se mutilar, e simultaneamente atraem para si a impreciação do Apóstolo, condenam a obra de Deus, e aderem aos maniqueus? De fato, estes afirmam que o corpo é insidioso e de matéria má. Eles, de fato, por obras, oferecem pretexto àquelas opiniões perversas, amputando um membro, qual insidioso inimigo. Por conseguinte, muito mais deviam cegar os olhos, porque através dos olhos penetra a concupiscência na alma. Mas, nem

os olhos, nem membro algum é culpado, mas apenas a má intenção. Se não os conténs, porque não cortas a língua por causa das blasfêmias, as mãos por causa das rapinas, os pés que correm para o mal, por que não, por assim dizer, o corpo todo? Pois também os ouvidos com os sons da flauta, frequentemente enfraqueceram a alma, e o nariz por um suave odor se impôs à mente, e levou à volúpia. Portanto, cortemos tudo, os ouvidos, as mãos, o nariz. Mas, seria extrema impiedade e furor satânico. Somente importa corrigir o ímpeto desordenado da mente. O demônio maligno, como se o Criador tivesse errado, persuadiu que se eliminasse o órgão, porque ele sempre se alegra com os morticínios. Por que então, dirá alguém, o corpo saciado inflama-se de concupiscência? Eis novamente que o delito é da alma; pois saciar a carne, não provém da carne mas da alma; se quiser extenuá-la, tem igualmente todo poder. Mas tu ages como um homem que, ao observar alguém acender fogo, e impor lenha e assim incendiar a casa, desculpa o autor do incêndio e acusa a chama, que consome uma quantidade de lenha e eleva-se bem alto. Ora, a culpa não é do fogo, mas de quem o acendeu. Com efeito, ele foi criado para preparar os alimentos, iluminar e prestar serviços de outra espécie e não para queimar as casas. Assim a concupiscência destina-se à procriação e propagação da vida, não ao adultério, à fornicção e à luxúria; a te tornares pai, não adúltero; à união legítima com a esposa, não a corromperes injustamente; a deixares uma descendência, não a viciares a alheia. Com efeito, o adultério não é apetite natural, mas injúria contra a natureza; na verdade, este apetite somente procura a união, não, contudo, desta espécie.(JOÃO CRISOSTOMO, 2010, p.295).

Agora é possível chegar a algumas conclusões em relação ao conceito de Agostinho sobre o mal ou sobre o bem em relação ao pensamento de autores anteriores citados na questão do mal. Agostinho é claramente influenciado pelas ideias de autores anteriores que já haviam tratado sobre o problema de forma bem clara e ainda com a influência forte do platonismo. A segunda, questão é que praticamente eles de forma geral concordam a respeito da natureza de Deus, acerca da natureza do mal e também da natureza da liberdade do homem em relação à prática desse mal. Todos eles também praticamente dependem das fontes de Orígenes ao falar a respeito do afastamento do mal, mesmo sabendo que essa ideia de privação do bem originalmente vem de Aristóteles.

2.1 A Origem do maniqueísmo: do dualismo ontológico Zoroástrico a imitação do Cristianismo.

Os cristãos tinham dois grandes inimigos durante os primeiros séculos da era crista: Externamente, as perseguições dos imperadores Romanos, que tiveram nos apologistas a resposta as suas acusações contra os cristãos. Internamente, as heresias que ameaçavam a unidade da igreja e buscavam corromper as doutrinas essenciais dos cristãos primitivos. Uma das maiores heresias que o Cristianismo enfrentou foi o gnosticismo. Esse movimento religioso oferecia um acesso a Deus através de um conhecimento(gnosis) secreto, onde apenas os escolhidos tinham o privilégio de participar dessa experiência mística. O gnosticismo, mesmo em sua pluralidade, possuía um núcleo doutrinário comum:

1. Soteriologia: Os gnósticos propunham um sistema cósmico de redenção onde o fiel seria liberto dos desejos pecaminosos através de práticas de purificação que incluíam autoflagelamento ou mesmo asceticismo rigoroso. A salvação era uma libertação do corpo, sede do pecado. Paulo e João, combateram uma forma de proto-gnosticismo em seus livros de João, I João, Colossenses.
2. Cristologia: Os gnósticos não aceitavam a encarnação de Cristo porque pra eles Deus nunca iria se submeter ao pecado encontrado no corpo do ser humano. A explicação dada por um ramo do Gnosticismo chamado de docetismo, era que Jesus apenas parecia humano, sendo mais uma figura fantasmagórica que um ser humano de verdade. Jesus era apenas o maior de todos os Aeons (luz), que estava mais próximo de Deus sendo apenas um entre muitos aeons.
3. Antropologia: O homem possui em seu ser a luz divina. Ele é formado por luz e trevas. Deve se libertar do mal através da disciplina, do jejum e da gnose. Depois da morte ele se torna um aeon e vai subindo de nível espiritual.

As ideias maniqueístas são tão semelhantes ao gnosticismo, que podemos até dizer que o primeiro é filho do segundo. Multidões entraram pelo caminho da gnose e rapidamente milhares de livros e comunidades começaram a se reunir em torno desse novo caminho que oferecia culto aos anjos, misticismo, racionalização filosófica e senso de pertencimento por meio da comunidade dos eleitos, termo esse dado para os que participavam como membros da nova fé. A maior força de atração do maniqueísmo está na imitação ao cristianismo. O maniqueísmo durou do século III ao século XVII.

A pluralidade de doutrinas, junto com as religiões de mistério e as filosofias, que eram mais parecidas com o conceito de religião que temos hoje, tendo ainda a indeterminação ou fechamento do Canon das Escrituras, tornava o maniqueísmo um dos mais atrativos caminhos para a espiritualidade. Está seita não era bem vista conforme testemunha Leão Magno (1997, p.34): “Assim, passando revista a todos os erros anatematizados pela fé católica, encontramos em uns e outros alguma coisa que pode ser separada dos erros condenados. Mas, na espantosa doutrina dos maniqueus, não há nada que possa ser tolerado”.

O maniqueísmo foi, segundo Abbagnano (1998, p.641), “fundado pelo sacerdote persa Mani que viveu no século III e é uma mistura imaginativa de elementos gnósticos, cristãos e orientais sobre base do dualismo da religião de Zoroastro”. O desenvolvimento da seita foi grande do ponto de vista geográfico, e segundo Ferrater (2001, p.1853), “a religião maniqueia teve enorme sucesso tanto no Ocidente quanto no Oriente [...] e se estendeu muito pelo norte

da África, onde teve, de 373 a 382, o mais ilustre de seus adeptos: Santo Agostinho”. Está religião materialista ligava a sua cosmologia a dois princípios eternos que eram antagônicos entre si. Logo, para o maniqueísmo o mal era ontológico, e estava intrinsecamente ligado a criação. Segundo Scopello (2009, p. 70):

Mani se considerava o último elo da corrente dos mensageiros divinos[...]se distinguia, no entanto de outros fundadores de religião- Buda, Zoroastro, Jesus- e aplicava a si mesmo a metáfora do ‘selo da profecia’ significando que é nele que se realiza a revelação.

Mani então com essa prerrogativa mística, trazia para si, o status de grande profeta, na mesma linha dos grandes líderes das religiões, fazendo assim suas doutrinas terem um desfecho religioso e revelacional, que sem negar a validade das outras revelações, sobrepujavam, tornando-se o último elo da manifestação divina na história do mundo. As ideias maniqueístas nunca podem ser vistas de maneira uniforme e definida por que havia uma pluralidade de ideias e costumes associados a seita que tornaram difícil de definir claramente.

Diz Peter Brow (2000, p.57), que:

Os maniqueus eram uma pequena seita de reputação sinistra. Eram ilegais e, mais tarde, seriam selvagemmente perseguidos. Tinham a aura de sociedade secreta: nas cidades estrangeiras, só se hospedavam na casa de membros da sua própria seita; seus líderes viajavam por uma rede de ‘células’ espalhadas por todo o mundo romano. Os pagãos viam-nos com horror, os cristãos, com temor e ódio. Eles eram os ‘bolcheviques’ do século IV: uma ‘quinta-coluna’ de origem estrangeira, determinada a se infiltrar na igreja cristã e portadora de uma solução singularmente radical para os problemas religiosos da época.

Podemos dizer que o maniqueísmo é filho do gnosticismo, tendo como principal força de atração a imitação ao cristianismo. O maniqueísmo durou do século III ao século XVII.

Segundo Agostinho (2004) os maniqueístas se consideravam cristãos e o fundador do maniqueísmo chegou ao ponto de “não querendo ser desconsiderado pelos homens, tentou provar que o Espírito Santo, consolo e riqueza de seus fiéis, nele habitava pessoalmente e com a plenitude de sua autoridade” (AGOSTINHO, 1995, p. 61). Com a união de elementos de várias religiões, o apelo universal do maniqueísmo servia como uma das respostas ao comum problema do mal dentro do contexto histórico e cultural que Agostinho vivia.

2.2 As doutrinas do Maniqueísmo: pluralidade, misticismo e sincretismo.

O maniqueísmo desde o início teve uma expressão religiosa doutrinário-mística e contextualizável. Ao incluir elementos do Budismo, Zoroastrismo, Cristianismo e Paganismo,

e ao oferecer uma proposta, que aliada ao gnosticismo, oferecia um caminho para uma verdadeira espiritualidade, “o maniqueísmo e a gnose fizeram forte concorrência ao cristianismo nos primeiros séculos de nossa era” (SCOPELLO, 2009, p.77).

As nossas suposições se dispersariam entre diversos princípios, se acreditássemos na existência de um princípio que seria estranho à causa criadora, e da qual a sabedoria engenhosa (*hē technikē sophia*) recolheria os elementos necessários para a criação. Uma vez que uma só é a causa dos seres, e que não há homogeneidade entre a causa transcendente e o que ela faz nascer, resulta igual o absurdo de ambas as suposições, pensar que a criação deriva da natureza de Deus ou que os seres se tenham formado a partir de uma essência diversa: ou se deve pensar que Deus se encontra nos traços particulares da criação, mas então os seres criados são afins a Deus; ou ainda é preciso introduzir uma natureza material distinta da substância divina, mas igual a Deus pelo fato de que é não gerada e eterna. É justamente o que imaginaram os Maniqueus bem como alguns filósofos gregos que admitiram as mesmas suposições, e eles estabeleceram como dogma está quimera (*tēn phantasian tautēn*). (GREGORIO DE NISSA, 2011, p. 110)

Percebe-se que o maniqueísmo sincreticamente reúne elementos da filosofia e da religião tornando seu corpo doutrinário e práticas tão amplos, complexos e diversificados, que seria impossível descrever tudo que envolve essa seita. Mesmo assim é possível listar algumas características que estão tematicamente ligadas ao contexto do debate do problema do mal nas obras de Agostinho. Assim afirma Leão Magno sobre os maniqueus:

Totalmente estranho a esses mistérios, caríssimos, é o erro insensato dos maniqueus; eles não participam de modo algum da regeneração de Cristo porque negam seu nascimento corporal da Virgem Maria; assim, não crendo na verdade de seu nascimento, não aceitam a verdade de sua paixão; e como não reconhecem ter sido ele verdadeiramente sepultado, negam que ele tenha verdadeiramente ressuscitado. Com efeito, uma vez empenhados na estrada íngreme de uma doutrina execrável, na qual tudo são trevas e solo escorregadio, de precipícios em precipícios cavados pelo erro, eles caem nos abismos da morte. E não encontram nada firme em que apoiar-se, porque, sem falar das torpezas imaginadas pelo diabo, comprazem-se, até na festa principal de sua religião, na sujeira tanto dos corpos como das almas, como sua recente confissão deu a conhecer. Não conservando nem a integridade da fé nem o pudor, eles se mostram tão ímpios em suas crenças quanto obscenos em suas cerimônias. (LEÃO MAGNO, 1997, p. 34)

Apesar das diversidades doutrinárias, o maniqueísmo, segundo Scopello (2009, p.67) “concorda num ponto fundamental: o mundo é uma criação defeituosa de um deus inferior (o demiurgo) na qual o homem está aprisionado.” Ou seja, existe uma cosmologia, uma antropologia e uma teologia nessa religião, e esses três temas estão no centro da questão do problema do mal, pois a natureza de Deus define a questão da origem e natureza moral do homem e da criação em geral. Abaixo algumas características do maniqueísmo:

Não acolhamos, caríssimos, com inteligência tarda ou ouvido distraído as palavras que o Senhor acrescentou: “Falará de quanto ouve e anunciar-vos-á as coisas vindouras” (Jo 16,13). Esta sentença, além de outras expressões da verdade a refutarem a impiedade dos maniqueus, abertamente prostra todas as doutrinas de tal falsidade sacrílega. Eles, para darem a impressão de seguirem um homem grande e sublime, acreditam que o Espírito Santo apareceu em seu mestre Manes e que o Paráclito prometido pelo Senhor não veio antes de nascer esse sedutor de infelizes. De tal modo o Espírito de Deus teria nele habitado que Manes não teria sido outra coisa senão o próprio Espírito que, pelo ministério da voz corporal e da língua teria ensinado toda a verdade a seus discípulos e revelado segredos que os séculos anteriores jamais haviam conhecido. A autoridade da pregação evangélica declara como isto é falso e vão. Manes, pois, é ministro da falsidade diabólica e autor de uma obscena superstição. Sua condenação tornou-se evidente quando, 260 anos após a ressurreição do Senhor, sob o consulado de Probo e Paulino, e grassando já a oitava perseguição contra os cristãos, milhares de mártires provaram com sua vitória a realização da promessa do Senhor: “Quando vos tiverem levado diante deles, não vos dê cuidado o que falareis ou o que haveis de dizer; ser-vos-á dado nesta hora o que haveis de dizer, porque não sois vós que falais, mas o Espírito de vosso Pai que fala em vós” (Mt 10,19-20). (LEÃO MAGNO,1997, p.98)

2.2.1 Dualismo ontológico maniqueísta: herança dos mitos.

O dualismo ontológico está presente em muitas religiões antigas na Índia, na Pérsia e Egito. Geralmente esse dualismo é expresso nas guerras entre o Caos e a Ordem, a Luz e as Trevas, o Bem e Mal, Matéria e Espírito. O mundo como vemos hoje é resultado da luta dos deuses, onde os vencedores possuem domínio sobre determinada área ou lugar no mundo e os povos antigos apresentam seus sacrifícios para acalmar a ira dos deuses que em geral tinham comportamentos iracundos.

O dualismo maniqueísta vai além da afirmação da existência de bem e mal como antagonísticos e separados. A grande questão é a crença na rivalidade entre os dois poderes de proporção cósmica que afeta o Deus, o homem e o mundo.

O dualismo ontológico faz parte da herança mística que o maniqueísmo recebeu das religiões orientais, principalmente do Zoroastrismo. Segundo Novaes (2009) no maniqueísmo o mundo era formado por duas naturezas, a boa que era Deus, e outra que Deus não teria feito. Ou seja, em seu dualismo Deus não era o único ser, muito menos onipotente. Segundo Champlin (2015, p. 57):

[...] haveria duas raízes em existência, separadas, em conflito e irreconciliáveis. Uma dessas raízes é a luz, que resulta no reino da paz e da bondade. Seu diretor é diretor dos espíritos. A outra raiz são as trevas, um reino de turbulência e maldade, e seu governador e seus espíritos são seres maliciosos e maus. Esse reino controla a matéria, pelo que é tanto mundano quanto diabólico.

De acordo com Scopello (2009, p.70), esse dualismo se estendia para sua concepção da natureza de Deus e do homem, pois neste último o combate místico entre o bem e mal se

interiorizava em todo maniqueísta, que separa a luz das trevas graças ao comportamento ascético e a um regime alimentar vegetal, rico em partículas luminosas. Quanto a isso, diz Agostinho (1997, p.106) nas *Confissões*:

Como minha alma não ousava desgostar-se do meu Deus, recusava considerar como obra tua tudo o que não lhe agradava; lançou-se então na teoria das duas substâncias, mas não encontrava paz, e usava somente linguagem alheia e afirmam a existência de duas almas com duas naturezas diversas, uma boa e outra má.

A teoria das duas substâncias trazia consequências para a concepção de mal do maniqueísmo, pois se Deus não tivesse criado o mal, então era preciso admitir que havia coisas que ele não tinha feito, logo ele não teria criado tudo. Para Agostinho esse dualismo maniqueísta servia como resposta à presença do mal no homem, resposta que parecia preservar Deus e dar uma explicação para o mal. Mas o resultado dessas explicações não era subjetivamente bom, visto que o hiponense “não encontrava paz”.

2.2.2 O materialismo maniqueísta e a natureza do mal:

Para o Bispo de Hipona o materialismo se tornou a base para a teontologia e cosmologia maniqueísta, haja vista que: “era sempre constrangido a imaginar-te, se bem que não sob forma de corpo humano, sempre como algo corpóreo, situado no espaço, seja infuso no mundo, seja difuso pelo espaço infinito fora do mundo” (AGOSTINHO, 1995, p. 83). Deus para o maniqueísmo não era imaterial, ou espiritual, muito menos imutável. Deus e o mundo estariam ligados dentro de um materialismo que anulava qualquer transcendência ou diferença ontológica na relação criatura e Criador. Deus seria feito de matéria, teria um corpo e ocuparia o espaço.

A fraude mantém seus artificios malignos também em outros pontos, dizendo: Nem é uma parte da única substância do Pai, como explicou o Maniqueu. A prolação foi negada antes, para que o nascimento fosse negado. Agora, usando-se o nome de Maniqueu, é apresentada, para negar a doutrina segundo a qual o Filho é uma parte da única substância, para que não se creia que é Deus de Deus. Maniqueu, defensor declarado do diabo, em tudo o que estava a seu alcance, e néscio adorador do sol, movido por violento furor, quis desautorizar a Lei e os Profetas. Ensinou que o que esteve no seio da Virgem era uma porção da única substância divina e que se deveria entender ser o Filho uma parte tirada da substância do Pai, que apareceu na carne. Para negar o nascimento do Filho Unigênito e a unidade de sua substância, os Arianos querem demonstrar que o nascimento do Filho significa divisão da única substância. Como constitui blasfêmia pregar o nascimento, considerado como uma porção da única substância, querem deduzir, em primeiro lugar, que não há nascimento, porque a separação professada por Maniqueu foi condenada. Depois querem abolir o nome e a fé na única substância, porque, para os hereges, isto significa que o Filho é uma porção do Pai. Assim, não pode ser Deus de Deus, porque nele não está o que é próprio da natureza divina. Por que o ímpio furor simula uma preocupação insensata, sob a

aparência falsa de religião? A fé da Igreja condena Maniqueu, como os pregadores da herética insensatez. Desconhece no Filho uma porção do Pai e sabe que é todo Deus, de todo Deus. (SANTO HILARIO DE POITIERS, 2005, p.79)

Agostinho só conseguia pensar em Deus e no mundo feito de matéria. Com efeito, diz este: “quando queria pensar no meu Deus, só sabia representá-lo sob a forma de massa corpórea. (Parecia-me que não devia existir nada de incorpóreo). E esta era a principal e, talvez, a causa única do meu erro” (AGOSTINHO, 1995, p. 66). Mas qual a importância do significado do materialismo em relação ao pensamento de Agostinho sobre o mal? Segundo Moreshini (2009, p. 471): “A doutrina maniqueísta da matéria como causa do pecado e da pena implica como consequência que Deus seja imperfeito, porquanto não teria tido as forças para criar boa a matéria ou transformar em algo uma matéria originalmente má”

Na verdade, o maniqueísmo se utilizava de uma crença comum e que envolvia ideias do gnosticismo, esclarece Estrada (2004), que este era o protótipo mais popular do dualismo grego, onde o mal era inserido dentro da realidade da matéria, e uma busca pela iluminação era vista como resultado do afastamento dessa materialidade, para assim haver uma aproximação da luz, e uma libertação desse corpo, que nada mais seria do que prisão da alma.

2.2.3 A antropologia e a moralidade no maniqueísmo: do corpo como prisão da alma ao desligamento moral.

Segundo o maniqueísmo a natureza de Deus e do homem não estão separadas como no Teísmo Cristão, mas Deus e o homem eram feitos da mesma substância. Segundo Agostinho (2004) os maniqueístas diziam que a alma nada mais era do que a própria substância de Deus. Se Deus e o homem tinham a mesma substância, isto se devia ao fato de Deus ter feito o homem a partir de si mesmo, habitando neste, por conseguinte, uma fagulha do divino.

De fato, eles afirmam que algumas almas- que eles dizem ser formadas da substancia de Deus e da sua própria natureza, as quais não pecaram por própria vontade, mas foram impelidas pela raça que habitava as trevas, que eles denominam de natureza do mal, contra a qual desceram para combater não espontaneamente, mas por ordem do pai- foram vencidas e oprimidas e são atormentadas para sempre no horrível globo da terra. (AGOSTINHO, 2019, p. 52)

Segundo o maniqueísmo o homem possuía duas almas. Uma boa e outra má. Agostinho (1987, p. 28) explica que os maniqueus sustentavam “que no mesmo corpo habitam duas almas: uma divina que, naturalmente, é como Deus, e outra oriunda da raça das trevas, a qual não foi criada por Deus”. Que escolha tinha o homem que possuía duas almas, sendo uma boa e outra má? Relata Agostinho (1997, p. 65) acerca desse questionamento: “Eu acreditava,

com efeito, que não somos nós que pecamos, mas tão somente aquela outra natureza que pecava em nós”. Essa declaração serve de exemplo da consequência dessa visão da natureza do homem e sua ligação com a moral. Ainda Segundo Agostinho (1997, p. 65):

A minha alma soberba deleitava-se com não ter as responsabilidades da culpa. Quando procedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que Vos tinha ofendido, mas gostava de desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu.

O maniqueísmo tirava do homem sua responsabilidade moral porque ensinava um determinismo fatalista onde tudo no cosmo já estava previamente ordenado. O homem é considerado escravo da sua natureza e do seu destino. Logo, ele não poderia escolher entre o bem e o mal, mas apenas expressar a inclinação de uma das naturezas. Esclarece Costa (2004, p. 28), que:

[...] o maniqueísmo colocava o homem diante de um dilema: de um lado, a sua alma boa, ou a parcela da Luz presente ou presa em sua matéria, enquanto elemento passivo, deveria sujeitar-se deterministicamente a força do mal; o que era bastante cômodo, tendo-se a quem atribuir a responsabilidade por suas culpas. Mas, por outro lado, o maniqueísmo pregava que esta mesma alma boa, por suas próprias forças, ou o homem por si mesmo, deveria e poderia libertar-se das amarras do mal e alcançar o Reino da Luz. Ou que o homem é um ser microcosmo, consubstancial ao mesmo tempo dos dois reinos: com o mundo divino, por sua alma, e, por seu corpo, participa do reino do mal. Tal dualismo fundamentava a luta entre o bem e o mal na natureza humana.

Na antropologia maniqueísta o homem não é bom ou mal, mas ao mesmo tempo bom e mal. Ele não é livre, mas apenas reflexo da sua natureza que é boa e má e está última predomina sobre a primeira, e poderíamos até dizer que o homem é mais trevas do que luz porque as trevas ativamente sobrepujam a luz. Ou seja, o maniqueísmo oferecia uma explicação da presença do bem e do mal no homem, juntamente com uma isenção de responsabilidade moral e um chamado à disciplina religiosa para libertação do domínio do mal no corpo. Sendo assim, o homem não pode ser culpado pelo mal, mas é responsável por lutar para se libertar dele com suas próprias forças.

2.3 Exposição e análise sobre o mal segundo o maniqueísmo:

A principal questão para entendermos problema do mal é compreender o que este é. Algumas perguntas devem ser feitas: ele é algo temporal ou eterno? Ele é criado ou sempre existiu? Ele vem do homem ou de Deus? Ele é uma substância ou uma corrupção da natureza?

De forma direta pode-se dizer que o maniqueísmo tinha uma concepção de mal materialista e fundamentada em Deus. Nesta filosofia religiosa o problema do mal é tratado do

ponto de vista cosmológico e teontológico e não pelo viés inicialmente antropológico e moral. O mal faz parte da criação e é natural a ela. Está na própria natureza de Deus, do mundo e do homem.

A concepção de mal pode ser denominada, segundo Costa (2002), de ontológico-materialista. Para os maniqueístas o mundo material era mal e o espiritual era bom. Havia a luz e as trevas, o bem e o mal. O mal para os maniqueístas não era um problema moral, mas era uma questão ontológica, ou seja, o mal sempre existiu ao lado e em concorrência ao bem. Relata Agostinho (1995, p. 66):

Em consequência, eu deduzia que também o mal era uma substância desse gênero, ora massa escura e disforme, ora espessa, chamada terra, ora tênue e sutil, como o ar, que os maniqueus imaginavam como um espírito maligno rastejando sobre a terra [...] Concluía daí que devia haver duas substâncias opostas entre si, ambas infinitas, sendo, porém, a má em medida mais limitada, e a boa em medida mais ampla.

Para uma melhor compreensão de como o maniqueísmo entendia o mal, poder-se-á resumir sua concepção em relação a este problema fazendo ligação a Deus, ao mundo e ao homem, conforme exposição abaixo de cada um desses aspectos:

- I) Maniqueísmo e teontologia: o mal como um problema ontológico e não moral.

A concepção que os maniqueus tinham de Deus era ao mesmo tempo materialista e corpórea, pois conforme Agostinho (2005, p. 155):

[...] não hesitam em dizer de um modo vergonhoso que a natureza de Deus é mutável, que não há espécie alguma de erva ou de verme que não esteja mesclada com a natureza de Deus, ou em opinarem que dela não pode libertar-se senão por uma admirável loucura.

Com conotações panteístas, o maniqueísmo espalhava o ser de Deus por toda a criação e tudo o que existia tinha elementos da natureza divina. Deus não era único, nem supremo, muito menos todo-poderoso. Ele na verdade estava sujeito à corrupção na concepção deles e seria totalmente mutável. Como Deus, o mal sempre existira. Isso fazia de Deus um ser que não era nem bom, pois poderia ser afetado pelo mal em sua substância, nem todo poderoso, pois ao criar ainda permitiu existir a matéria que era fonte do mal. Logo, se o mundo material era mal e a substância de Deus estava mesclada com todas as coisas, conseqüentemente, segundo o maniqueísmo o ser de Deus não estava livre do mal. Para esta seita Deus estava unido e misturado com o mal. Não há conceito de santidade de um Deus moral e ontologicamente

separado do mal no maniqueísmo. O ser de Deus não é santo, nem separado, não é puro e nem muito menos é imaterial. O Deus do maniqueísmo tem partes e pedaços. Ele está espalhado e misturado com tudo o que existe, desde um simples verme até mesmo uma grama verde. Ele existe junto com o mundo e não acima do mundo.

II) A cosmologia e teontologia maniqueísta: O Deus mal.

O mundo material era intrinsecamente mau segundo o maniqueísmo, ou seja, este estava na própria realidade da existência material do mundo, portanto, era natural. Mas se o mundo era mau em si de quem era a culpa pelo mal no mundo? A resposta sem dúvida era do Criador. Esta era a conclusão inevitável da crença dos maniqueístas de que Deus era culpado pelo mal porque ele havia permitido a existência da matéria. Pode-se então compreender que o maniqueísmo tirava de Deus o status de Criador de tudo e, assim, afetava também o conceito sobre a onipotência divina. Ou seja, Deus permitiu o mal e não poderia acabar com mal. Ele podia ter algo bom, mas não era onipotente. O mal no maniqueísmo estava em todas as coisas juntamente com um bem. De acordo como o relato do hiponense sobre os maniqueístas, ele “Via, realmente, que estudavam o problema da origem do mal, estando eles próprios imersos na malícia, a ponto de preferirem imaginar tua substância sujeita ao mal, a se reconhecerem capazes de cometê-lo”. (AGOSTINHO, 1995, p. 62). Corroborando o testemunho sobre os maniqueus afirma João Crisóstomo (2010, p. 417):

Ainda vês como os maniqueus ousam falar apenas segundo suas próprias razões? Deus não podia, afirmam eles, criar o mundo sem a matéria. Onde consta? Asseguram-no os que vivem no lodo, e da terra, do que existe entre nós. Porque o homem não pode agir de outra forma.

Desse modo, para Agostinho o problema da origem do mal era foco dos estudos dos maniqueus. A grande questão estava em quem era responsável pelo mal. Os maniqueístas negavam o mal como tendo sua origem no homem e preferiam afirmar o mal em Deus. Mas para Agostinho tudo isso era apenas uma desculpa, na medida em que eles estavam mergulhados na malícia. Portanto, se Deus tinha forma corpórea e tudo o que era formado de matéria denominado de mal, conseqüentemente, o maniqueísmo no final afirmava que Deus era a causa do mal e sua natureza não estava isenta da presença do mal. Destarte, podemos concordar com a conclusão de Costa (2002), de que o problema do mal no maniqueísmo situava-se num nível ontológico-cosmológico-materialista totalmente determinístico. O mal

estava no próprio modo de ser, no mundo, que formado do que é material, torna-se mal devido a própria estrutura ao qual é feito.

III) A antropologia determinista-fatalista dos maniqueístas e seu impacto em relação ao mal

O que havia atraído Agostinho ao maniqueísmo era sua resposta para o problema do mal. Mas não apenas isso. Era o tipo de resposta isentando o homem da sua responsabilidade em relação ao mal, apelando para o determinismo do domínio de uma natureza que ele já possuía desde seu nascimento. Se o homem não era livre então ele só fazia o que sua natureza dizia. Mas no final de tudo a culpa era de Deus, posto que ele havia feito o homem assim, e não o criou bom. Segundo Agostinho (1997, p. 11), o maniqueísmo:

Conservava ainda a ideia de que não éramos nós que pecávamos, mas alguma outra natureza estabelecida em nós. O fato de estar sem culpa e de não dever confessar o mal após tê-lo cometido satisfazia o meu orgulho; desse modo eu não permitia que curasses minha alma que pecara contra ti preferindo desculpá-la e acusar não sei qual outra força, que estava em mim, mas que não era eu.

O mal estava no ser do homem e não nas suas escolhas, ou seja, no aspecto moral. O que acontecia era que o mal era desculpável porque este problema era um estado que ele se encontrava desde o nascimento e não o resultado de paixões ou males da sua própria liberdade. Essa crença dos maniqueus conservou Agostinho, em função da tranquilidade que vinha da ausência de culpa, pois a transferência dos erros em questões morais era natural nesse período. Com efeito, tal ausência de culpa decorria do fato de que o mal não era algo opcional, ou mesmo resultado de uma escolha consciente e deliberativa. Antes o mal era praticado sem querer, pois, a própria natureza do homem o levava a fazer, por conseguinte ele não era culpado por escolher o caminho errado. Logo, se o homem era assim sem liberdade por natureza, então a culpa era de quem o havia feito assim e não dele que não tinha escolha. Portanto, o mal era algo ontológico e não um problema moral.

Mas como mal seria possível em mundo que Deus criou? Segundo Agostinho:

“Portanto, como eu disse, o pecado não é um desejo de uma natureza má, porém o abandono de uma natureza melhor; pelo que o mesmo fato não é um mal, não aquela natureza da qual faz mal uso aquele que peca. O mal é, pois, fazer mal uso do bem. Daí que o Apostolo repreende alguns condenados pelo juízo divino, os quais ‘prestaram culto a criatura, e não ao Criador’. Ele não repreende a criatura, pois quem o fizer, faz uma injúria ao Criador, repreende, sim, aqueles que abusaram de um bem tendo abandonado outro superior” (AGOSTINHO, 2019, p.47.)

2.4 A aceitação do conceito ontológico-materialista-maniqueísta do mal.

Segundo Ferrater (2000, p. 59), “Agostinho nasceu em Tagaste (província romana da Numídia), de pai pagão e mãe cristã (Santa Monica)”. Desde a infância viveu sob a influência do Cristianismo e muito cedo já teve contato com gramática e estudos latinos. No princípio de sua juventude o hiponense foi despertado por Cícero através da obra *Hortensio*, obra esta que, de acordo com Agostinho (1995, p.39): “o deixou excitado e entusiasmado e assim passou ver a filosofia como busca pela felicidade”. Aos 19 anos, depois de ler as Escrituras e encontrar dificuldades em compreendê-las (ano 373) se sentiu atraído pelas respostas racionais dos maniqueus aos problemas do mal, e logo considerou a explicação desta seita como a mais convincente para satisfazer sua sede de verdade. Mas quais outras razões para o maniqueísmo servir de atração profunda para o doutor da fé? Quanto a isso esclarece Evans (1995, p. 29): “à ideia de Agostinho do caráter intelectual do discernimento espiritual, seu desgosto pelos livros do antigo testamento, sua necessidade urgente de respostas que o satisfizessem, tudo isso tornou-o receptivo a estes ensinamentos”.

O maniqueísmo oferecia explicações racionais através da matemática astrológica para quem queria criteriosidade epistemológica, oferecia experiência espiritual para os eleitos, que estavam em busca de um misticismo que prometia o contato direto do homem com Deus. Oferecia alívio de consciência, pois com seu determinismo tirava do homem a responsabilidade pelo mal que fazia e, assim, poderia ser um caminho atraente para um jovem encontrar respostas para seus anseios espirituais. Essa união de atratividade mística, sofisticação intelectual e problemas com hermenêutica bíblica serviram de base para o jovem Agostinho, em busca da Verdade, aderir ao maniqueísmo. O problema do mal lhe fez cair no mal do maniqueísmo. Ele descreveu em linguagem crítica seu engano, afirmando que “caiu nas mãos de homens desvairados pela presunção, extremamente carnais e loquazes” (AGOSTINHO,1997, p. 40.)

As duas grandes dificuldades de Agostinho eram sua formação retórica e sua concepção materialista. Haja vista que, em função de sua formação retórica, a beleza do escrito ou discurso era mais importante do que a verdade contida nele e, assim, lendo o Antigo Testamento não encontrou o mesmo nível de qualidade literária do que havia visto em Cícero. Além disso, sua concepção materialista acabou fazendo sua antropologia e teontologia serem condicionadas a uma concepção corpórea, onde o mal e natureza física eram ligados.

Para seu pensamento ter uma reviravolta foram necessários esses dois problemas serem suplantados e isso só aconteceu quando ele teve acesso à metafísica de Plotino e a

hermenêutica alegórica¹. Pois o primeiro tirou sua concepção de mal do âmbito físico e natural, já o segundo o ajudou a ter uma melhor compreensão do texto bíblico, levando-o desse modo a perceber que havia solução para os problemas que pareciam tornar inferior as Escrituras Sagradas. Em outras palavras, foi a interseção entre teologia e filosofia que fundamentaram sua releitura pós-conversão ao problema do mal e serviram como resposta à teodiceia maniqueia. Com efeito, confessa Agostinho (1997, p. 41):

Eu ignorava a outra realidade, a verdadeira, e era levado a aceitar o que me parecia o penetrante raciocínio de estúpidos impostores, quando me faziam perguntas sobre a origem do mal, se Deus se circunscreve a uma forma corpórea, se tem unhas e cabelos, se se devia considerar honesto quem tivesse ao mesmo tempo várias mulheres, quem assassinasse homens e quem sacrificasse animais.

Agostinho se refere ao maniqueísmo depois de abandoná-lo não apenas do ponto de vista crítico-filosófico, mas também destacando uma característica que ele geralmente denomina como vaidoso. Para ele está religião tinha problemas intelectuais e morais e durante nove anos seu “pensamento errante escutava a doutrina maniqueísta” (AGOSTINHO, 1997, p. 61).

Para Agostinho todo seu passado no maniqueísmo era resultado de ignorância, pois ele havia sido enganado pelas aparências, e esqueceu a verdadeira realidade que é Deus. No princípio as explicações pareciam convincentes, pois para ele o que ouvia eram penetrantes raciocínios. Mas depois de abandonar o movimento, ele viu que aquelas explicações eram de impostores. O hiponense revela que a origem do mal era conteúdo das perguntas que lhe faziam, e mostra que a materialização de Deus estava em uma das pautas, juntamente com temas ligado a questões morais.

Agostinho não entrou na classificação do maniqueísmo dos eleitos, antes ficou apenas como ouvinte. Ou seja, ele participava da seita, mas não seguia as regras rigorosas para purificação, que o primeiro grupo seguia rigidamente. Isso nos mostra que o hiponense esteve dentro dessa religião, mas não como um fiel seguidor. Este ainda conservava algumas ideias suas, que o maniqueísmo não conseguiu modificar. Apenas na medida em que esse maniqueísmo oferecia recursos para responder seus problemas intelectuais e existenciais o hiponense esteve ligado a ele.

¹ Também chamado de método alegórico. Foi utilizado por Filo de Alexandria e tinha como característica principal a busca de significado escondido (espiritual) no texto, algumas vezes para se adaptar a filosofia grega ou trazer explicação para um texto bíblico de difícil interpretação.

2.5 Distanciamento do conceito ontológico-materialista-maniqueísta.

O rompimento de Agostinho com o maniqueísmo foi fruto de um processo gradual, reflexivo e resultado de insatisfações intelectuais. Ele não deixou a seita sem ponderar suas doutrinas ou sem entender suas práticas. Ao contrário, ele foi buscar entender quais explicações o maniqueísmo tinha para problemas intelectuais e naturais. Mas o que aconteceu para o jovem de Hipona abandonar o movimento que durante nove anos o havia conquistado e servido de atrativo para seu inquieto coração?

O hiponense era um homem que fazia perguntas sobre questões existenciais, e suas angústias logo eram expressas em questionamentos aos participantes das seitas, que não conseguiam trazer respostas ao jovem inquiridor. A única resposta que davam a este era dizer que o mestre maniqueísta Fausto responderia. A paciência do jovem foi tanta que ele esperou até poder conversar com Fausto. Esse encontro foi descrito em sua autobiografia e foi decisivo para ele deixar o maniqueísmo para trás. Esse encontro foi descrito em sua autobiografia e foi decisivo para ele deixar o maniqueísmo para trás. Nas *Confissões* resume sua permanência no maniqueísmo:

Durante cerca de nove anos, em que meu pensamento errante escutava a doutrina maniqueísta, aguardava ansiosamente a chegada desse Fausto. Assim, quando ele chegou, travei conhecimento com um homem amável, de fala agradável, capaz de expor de forma muito mais atraente o que os outros dizem. Nem me parecia ele mais sábio pelo fato de ter aspecto simpático e falar elegante (AGOSTINHO, 1997, p. 124).

Em 383 a.C. o hiponense se afasta do maniqueísmo porque já não encontra mais respostas às suas dúvidas. Para Agostinho o maniqueísmo havia sido apenas um engano temporário no qual ele havia caído e ao se referir a sua ligação com o movimento ele apenas dizia que havia “ouvido” suas doutrinas por nove anos. Um fator preponderante em seus escritos são suas críticas ao caráter daqueles que faziam parte da seita. Ele os denominava de presunçosos, enganados e enganadores, faladores e mudos. Tudo se resumia a palavras eloquentes, mas sem conteúdo de verdade. A sua última esperança era Fausto lhe dar as respostas que tanto queria, e ao final o que ele experimenta é decepção, uma vez que nem mesmo esse grande líder tinha como sanar suas dúvidas. Em sua autobiografia ele assim declara sobre esse evento: “Depois que me pareceu evidente ser aquele homem incompetente nas ciências em que o considerara competentíssimo, comecei a desesperar de sua capacidade para explicar e resolver os problemas que me angustiavam” (AGOSTINHO, 1997, p. 62).

O hiponense ficou entre a antiga seita e a primeira fé. Ele ainda não era católico, mas também não era mais ouvinte do maniqueísmo. A verdade paulatinamente entrava na sua

alma, tendo em vista que agora ele sabia das contradições da antiga seita e a interpretação que ouvira a respeito dos textos antes obscuro começava a fazer sentido, ao ponto de lamentar sua soberba, uma vez constatar que está lhe impedira de lidar com simplicidade com as Escrituras.

A trajetória intelectual de Agostinho é cheia de múltiplas influências, mesmo antes de sua conversão, pois ele chegou a ter contato com ideias da astrologia, aproximou-se do ceticismo, chegou a ler Aristóteles e mesmo em contato com todas essas doutrinas e filosofias não encontrou o que procurava: Cristo. Ele não achara isso em Cícero e nem mesmo nos platônicos como Plotino, ou seja, ele não encontrara descanso na filosofia.

3 ORIGEM DO MAL SEGUNDO A PERSPECTIVA AGOSTINIANA: A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO

O objetivo deste capítulo é expor a mudança no pensamento de Agostinho devido ao contato com a Filosofia Platônica através de Plotino, e por meio do embasamento na teologia da criação de Gênesis.

3.1 Compreensão de Agostinho sobre o mal à luz do Cristianismo

Do ponto de vista lógico a análise sobre a ligação entre a temática Deus, sua justiça, bondade e existência do mal, causam conclusões espantosas: Seguindo o Dilema de Epicuro², Se Deus é bom e justo, então por que Deus permite o mal? Se Deus pode acabar com o mal e não o faz então será que Ele não tem poder? Se Deus tem poder e não acaba com o mal, então será que Deus é realmente bom? Qual a origem mal? O filósofo e teólogo Agostinho tem uma grande contribuição a dar a esse problema filosófico. O hiponense assim responde:

Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo — e negá-lo seria blasfêmia —, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser punido injustamente — como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo —, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo (AGOSTINHO, 1995, p. 17).

Esta resposta faz parte da obra *Livre-Arbítrio*. Nela o hiponense começa seu diálogo com Evodia respondendo à pergunta: será Deus o autor do mal? Antes de oferecer uma clara resposta sobre a possível participação de Deus na origem do mal, ele faz logo duas distinções importantes que depois irá retomar de forma mais clara: o que o homem sofre e o que o homem pratica³. Desde o início do debate sobre o tema percebe-se um distanciamento com categorias maniqueístas, e um claro compromisso com o conceito de Deus como Supremo Bem, sendo esta ideia claramente Platônica. Seja pelo caminho da razão ou da fé, não é possível conceber Deus como autor do mal, pois isso seria blasfêmia. Algumas ideias centrais logo são expostas já agora do ponto de vista da fé, a saber:

² Diz Epicuro: “Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer nem pode, ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente: o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso: o que do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer nem pode, é invejoso e impotente: portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém não a existência dos males? Por que razão é que não os impede?” (EPICURO, 1985, p. 20).

³ Poder-se-ia dizer, como farão explicitamente os Modernos, tratar-se o primeiro do mal natural ou físico e o segundo do mal moral.

1ª) Deus é Bom, logo Ele não pode ser autor do mal: a ênfase de Agostinho é teocêntrica. Não existe possibilidade de ligação ou união ontológica entre Deus e o mal. Não há mistura, aproximação ou rivalidade. Deus é o Supremo Bem. Ele não pode praticar o mal.

2ª) Deus é Justo, logo Ele julga com equidade: Ele recompensa os bons e condena os maus, e não comete injustiça. Pensar de outro modo para Agostinho seria blasfêmia. Ele não acredita que Deus possa ser injusto, pois isso contraria quem Ele é.

3ª) Deus em Sua Divina Providencia dirige o Universo: Agostinho acredita na atuação direta de Deus cuidando do mundo. Não existem dois Deuses: um que fez o mundo material e outro que fez o mundo espiritual. Não há nada mal na matéria. O Universo é visto como estando ligado com Deus e sobre seu controle. Tudo isso é pensado de acordo com a nossa fé.

Se Deus não é o autor do mal, pois ele é Justo e Bom, então de onde vem o mal? Segundo Agostinho (1995, p. 17), o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Ele não acredita mais em uma força que controla o homem e o leva determinadamente a praticar o mal, mesmo que sem querer. Seu argumento é: a justiça de Deus ao julgar o homem só é possível se o ato que este praticar for totalmente livre, pois quem deveria ser julgado se não tivesse escolha em fazer o bem em vez do mal? Já no início do seu diálogo, percebe-se uma união entre a fé e razão. Ele não está desenvolvendo o tema baseado apenas no que acredita, pelo contrário, em todo tempo argumenta à luz da razão, haja vista que as duas não são contrárias, tampouco são excludentes, sendo possível usar a razão a serviço da fé.

Mas como essa mudança tão grande sobre o conceito de mal aconteceu? Agostinho não mudou subitamente sua concepção de mal. Lentamente ruiu a estrutura de significado que o maniqueísmo o havia oferecido.

3.2 A assimilação da concepção metafísica de substância espiritual do neoplatonismo de Plotino: a contribuição da filosofia.

Uma das dificuldades de Agostinho em aceitar o conceito de Deus distanciado do mal, era que ele tinha um conceito materialista de Deus. Como a matéria era entendida como má na concepção de um pensamento ainda ligado ao maniqueísmo, e Deus tinha um corpo, era possível Deus ser mal. O hiponense não conseguia conceber uma substância espiritual.

Mas a natureza é contrária a toda forma é a privação; porém a privação está sempre em outro e não é em si mesma uma realidade; assim, se o mal está na privação, o mal estará naquele que é privado de forma: logo, não existirá por si mesmo. Então, se houver mal na alma, a privação nela será o mal e o vício, e não algo exterior. Pois

certas doutrinas acreditam que a matéria deva ser completamente abolida e outras que ela, mesmo existindo, não seja má. Então, não se deve procurar o mal em nenhum outro lugar, mas, situando-o na alma, colocá-lo assim como ausência do bem (Plotino,2006 p.343)

Foi através da leitura de Plotino (1992) que sua teologia saiu de um eixo materialista, para uma concepção espiritual. Segundo Gilson (2001, p.153) “o encontro com a filosofia de Plotino foi seu primeiro encontro com a metafísica”. Diante disso podemos dizer que a ontologia tem uma importância fundamental na formulação da solução para o problema do mal. Segundo explica Gilson (2001, p.153):

Deus é a plenitude do ser; portanto, ele é o bem absoluto e imutável. Criado do nada a natureza humana do homem só é boa na medida em que é, mas nessa justa medida, ela é boa. Assim o bem é proporcional ao ser; donde resulta que o contrário do bem, que é o mal, não pode ser considerado como do ser. Estritamente falando, o mal não é. O que se designa por esse nome reduz-se à ausência de certo bem numa natureza que deveria possuí-lo. E o que se exprime ao dizer que o mal é uma privação. A natureza caída é, pois, má na medida em que é viciada pelo pecado, mas é um bem enquanto natureza; exatamente, ela é esse mesmo bem em que o mal existe e sem o qual não poderia existir.

Havia alguns elementos teóricos de proximidade conceitual entre Plotino e o Cristianismo, ao ponto de Agostinho agora ver todo um absurdo dentro das fantasias dos maniqueístas. Pelo menos dois aspectos podem ser citados para mostrar a contribuição do neoplatonismo para a nova concepção de mal em Agostinho, conforme assinala Cooper (2002, p.171):

Primeiro, ‘ao ler Os platônicos fui levado a considerar a verdade como algo incorpóreo’ (7.20), pois apresentavam a visão de um mundo gerado a partir de fonte imaterial, de modo que não era mais necessário pensar Deus como “mar” onde o mundo, como esponja gigantesca, está mergulhado. Em segundo lugar, convenceram Agostinho de que ‘tudo o que é bom; e o mal... não é uma substância, como afirmavam os maniqueístas, mas apenas privação de ser’(7.12).

O afastamento de Agostinho do materialismo só foi possível ao ler Plotino, uma vez que, como já exposto, sua concepção anterior sobre Deus era de alguém feito de corpo. Esse conceito de substância era tão central em relação a sua ligação com o maniqueísmo que ele já declarava que a formação dessa ideia mudaria sua peregrinação. Com efeito, afirmara Agostinho (1997, p.68): “se me fosse possível conceber uma substância espiritual, todos os obstáculos teriam sido superados e afastados do meu espírito.”

3.3 O Tratamento paternal e a hermenêutica do bispo Ambrósio: a contribuição da teologia.

Agostinho não teve boas impressões do Antigo Testamento. Sua dificuldade era resultado de seu método hermenêutico, e da sua vaidade intelectual. Depois de ler as Escrituras ele relata que teve a impressão de uma obra indigna de ser comparada à majestade de Cícero. “Meu orgulho não podia suportar aquela simplicidade de estilo” (AGOSTINHO, 1997, p. 39).

Como um homem que já havia desprezado as Escrituras começa a aceitar seus ensinamentos? A resposta está no impacto que Ambrósio teve sobre o Hiponense. Quando ele chega em Milão as palavras do bispo prendem sua atenção e ele se sente tratado paternalmente. Agostinho define Ambrósio como perito e formado na igreja. O hiponense explica o sentido desse encontro com o bispo. Segundo Agostinho (1997, p. 40) “para que eu fosse por ele conduzido conscientemente a ti”. Além deste aspecto de relacionamento discípulo e mestre, que o hiponense experimentou, Ambrósio mostrou a Agostinho através dos seus sermões, como a hermenêutica alegórica esclarecia textos das Escrituras que os maniqueus criticavam e que o próprio Agostinho achava que ninguém poderia responder a estes. Acerca de Ambrósio e o impacto que causara em Agostinho, diz Strathern (2002, p.11):

[...] era um dos espíritos mais brilhantes da cristandade e seus sermões atraíam enormes audiências. Agostinho foi ouvi-lo e de imediato se libertou de dois preconceitos que cultivava em relação ao cristianismo: constatou que essa religião podia ser abraçada por alguém intelectualmente mais capaz; e comprovou também que a Bíblia era um livro mais profundo do que ele acreditava ser, e que nem sempre devia ser interpretado ao pé da letra.

O hiponense havia se aproximado de Ambrósio por admirar sua retórica, ou seja, passou a ser ouvinte do bispo como sua mãe sempre quis, mas não como um homem que acredita e resolveu abandonar tudo que acreditava antes, mas como um acadêmico que iria apreciar como um pregador conseguia expor com tamanha habilidade Escrituras, nas quais antes Agostinho não achava interesse algum.

3.4 Agostinho e a concepção cosmológica do relato da criação de Gênesis

Agostinho foi profundamente influenciado pela teologia da criação presente no livro de Gênesis. Inclusive ele escreveu um comentário sobre o referido livro como crítica às ideias dos maniqueus, onde refutou as objeções dos maniqueus ao capítulo primeiro de Gênesis. Segundo Agostinho (2004, p. 207):

[...] os maniqueus costumam criticar as Escrituras do Antigo Testamento, que não conhecem, e, com essa crítica, zombar de nossos irmãos débeis e infantis e enganá-los, não encontrando estes como lhes responder, pois não há Escritura alguma que não possa ser criticada facilmente por parte daqueles que não a compreendem.

A criação segundo o primeiro capítulo de Gênesis é um ato livre da bondade de Deus e não há nada de eterno ligado a ela. Além disso, a criação não foi uma fabricação a partir de uma matéria previamente existente, mas uma criação do nada. Ou seja, ela não se dá a partir de alguma coisa, contudo o hiponense contra a concepção necessária de criação afirma a criação ex-nihilo:

A matéria informe, que Deus criou do nada, foi denominada primeiramente “céu e terra”, e se disse: No princípio, Deus criou o céu e a terra, não porque isso já existia, mas porque podia existir, pois o céu e a terra, conforme está escrito, foram criados depois (AGOSTINHO. 2005, p. 301).

Algumas conclusões lógicas podem ser extraídas com base no que fora exposto: 1ª) A matéria não tem existência eterna. Mas foi criada, e não foi feita da substância que Deus é. Mas foi criada do nada. 2ª) A matéria não é má, porque Deus criou a matéria e ela não tem ligação nenhuma com as trevas, conforme dizia o maniqueísmo. 3ª) Se Deus criou a matéria então não há base nenhuma para o dualismo maniqueísta, porque só existe uma substância eterna. Com relação ao fato de a criação ser boa, lembra Lima Vaz (2009, p.191) que: “no ensinamento cristão da doutrina da criação de todos os seres por Deus que, ao coroar a obra criadora, ‘viu que todas as suas obras eram muito boas’(Gn.1.30).”

O panteísmo maniqueísta que mistura criatura e criador é substituído pela precedência do Criador que faz tudo existir. Como o hiponense diz, todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele (AGOSTINHO, 2005, p. 37). Claramente ele retira suas afirmações do livro de Genesis 1.1: “No princípio criou Deus os céus e terra”. Agostinho usa bases bíblicas para combater afirmações de caráter gnóstico-maniqueístas e, nessa perspectiva, esclarece que: “Não afirmamos que este mundo é coeterno com Deus, porque este mundo não tem a sua eternidade, a qual somente Deus possui” (AGOSTINHO, 2005a, p. 298), explica na obra Comentário a Gênesis contra os maniqueus, que não foi só uma parte da criação espiritual da criação que foi feita por Deus, mas que tudo o que existe de material e espiritual provém dele. Não há espaço para dualismo, o que existe é uma doutrina da criação nos moldes judaico-cristão. Estão assim claramente afirmadas suas bases tanto teológicas quanto filosóficas, essenciais em sua crítica ao mal na perspectiva defendida pelos maniqueístas.

3.5 Os elementos do conceito de mal em Agostinho: *Privato Boni* (privação do bem)

Depois do maniqueísmo Agostinho ainda passou pela astrologia, posteriormente aderiu por um curto período ao ceticismo, todavia esses apenas foram degraus em relação a sua peregrinação em direção a Verdade. Conforme ele mesmo declara: “Assim, duvidando de tudo, à maneira dos acadêmicos — como se imagina comumente — flutuando entre todas as doutrinas, resolvi abandonar os maniqueus” (AGOSTINHO, 1997, p. 68).

Eis porque são boas todas as coisas que Deus fez. Mas, as coisas más não são naturais, e tudo o que se denomina mal é pecado ou castigo do pecado. O pecado não é senão o consentimento vicioso da vontade livre ao nos inclinarmos àquelas coisas que a justiça proíbe, e das quais o homem é livre de se abster; ou seja, o mal não está nessas coisas, mas no seu uso não legítimo. O uso das coisas é legítimo, contanto que a alma permaneça na lei de Deus e esteja sujeita ao Deus único com um amor perfeito, e se sirva das demais coisas, que lhe estão sujeitas, sem cupidez e sem luxúria, ou seja, de acordo com o preceito de Deus. Desse modo a alma administrará as coisas sem dificuldade e sem fadiga e com a maior facilidade e felicidade. E o castigo do pecado consiste em a alma ser atormentada pelas criaturas que não a servem, se ela não serve a Deus; pois a criatura obedecia-lhe quando ela obedecia a Deus. Assim sendo, o fogo não é um mal porque é criatura de Deus, mas queima nossa fraqueza devido ao mérito do pecado. Denominam-se pecados naturais os que forçosamente cometemos antes que nos chegue à misericórdia de Deus, depois de termos caído nessa vida no pecado pelo livre-arbítrio. (AGOSTINHO, 2005, p. 349)

A busca pela explicação sobre a origem do mal em Agostinho o fez sentir angústia, principalmente ao perceber que a cada dia que passava as respostas que procurava nos maiores mestres eram vazias. Com efeito, reconhece este: “eu, porém, estava ansioso para conhecer a origem do mal” (AGOSTINHO, 1997, p. 88).

Mas qual foi a conclusão que Agostinho tirou sobre o problema do mal e como é possível entender sua nova concepção teológico-filosófica? Pode-se resumir a ideia sobre o mal em algumas proposições abaixo:

I) Deus não é o autor do mal.

Agostinho sabia que essa ideia de Deus ser autor do mal era na verdade uma blasfêmia. Frequentemente os maniqueus são chamados de hereges em seus escritos. O hiponense estava mais envolvido em uma apologética de amor e de forte ênfase teocêntrica do que em uma simples polemica Agostinho por questões doutrinárias; não aceita mais a visão maniqueísta de Deus e o mal como forças opostas e eternas coexistindo.

Na ontologia Agostiniana não havia espaço para o mal como uma realidade. Sua cosmovisão agora modifica a ligação entre Criador e criatura, pois a natureza imutável e boa de Deus o impedia de se envolver moral e ontologicamente com o mal. Logo, a concepção de mal

do hiponense é bíblica. Para ele Deus e o mal não eram rivais ou mesmo estavam no mesmo nível de existência, antes, tudo que Deus havia criado era bom, e se o mal existia, a natureza de Deus o impedia de haver criado o mal, pois seria uma contradição o mal vir do bem Supremo. A ideia do mal como privação do bem é desenvolvida por Orígenes, utilizada por Basílio de Cesareia e aperfeiçoada por Agostinho, sendo posteriormente tomada como herança por Tomás de Aquino.

A opção que sobra ao Doutor da fé a partir de sua transcendente teontologia é compreender o mal não mais como uma questão ontológica, tampouco como uma questão natural, como se fizesse parte da criação, mas como uma questão moral, como corrupção. Agostinho realisticamente não nega Deus (ateísmo) e muito menos nega sua bondade ou poder. Afirma Agostinho (1995, p. 91):

Desse modo, vi e me pareceu evidente que criaste boas todas as coisas, e que nada existe que não tenha sido criado por ti. E porque não as criaste todas iguais, cada uma em particular existe porque é boa, e tomadas em conjunto são muito boas. De fato, o nosso Deus ‘criou todas as coisas muito boas’.

Todavia, o hiponense também não nega a existência do mal. Entretanto como entender, dentro da sua teodiceia, a ligação entre Deus e o mal existindo? Já que Deus não é o autor do mal como resolver o problema da existência de Deus e do mal?

A opção do ateísmo é negar Deus por causa do mal, negando ou sua onipotência ou sua bondade. A alternativa do teísmo é entender natureza de Deus e do mal para relacioná-los de forma correta. A segunda opção parece à primeira vista uma fuga argumentativa, enquanto a primeira carrega toda força de uma resposta imediatista.

A impossibilidade de Deus ser o autor do mal é tanto lógica, quanto ontológica. Deus é bom em si mesmo e tudo o que ele faz reflete sua natureza boa e perfeita. Como um Deus bom iria fazer algo contrário à sua própria natureza? Isso seria ilógico. Tudo o que Deus faz é bom e isso era suficiente para descartar a possibilidade de este ter criado o mal, como afirmava a seita dos maniqueus.

Agostinho abandona a crença maniqueísta de um deus bom e outro deus mau, o primeiro ligado a luz e o segundo ligado as trevas. Agora para ele era evidente que havia apenas um único Deus Criador de todas as coisas, ou seja, a cosmologia bíblica é afirmada explicitamente e inclusive a criação do mundo material está incluída, pois tudo que existe vem de Deus. Mas se o mal não vem de Deus e não está intrinsecamente ligado a criação, então como explicar a existência do mal? Agostinho (1995, p. 85) fez a mesma indagação:

Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o sumo bem, e as criaturas são bens menores. Mas, criador e criaturas, todos são bons. De onde então vem o mal? [...] De modo algum pode a corrupção afetar o nosso Deus, seja por uma vontade, seja por qualquer necessidade ou seja por qualquer acontecimento imprevisto, porque ele é o próprio Deus, e tudo o que quer para si é bom, e ele próprio é o bem; porém estar sujeito à corrupção não é um bem.

Segundo a concepção agostiniana a criação tem uma ordem de bens superiores e bens inferiores, e quem estava na posição de Supremo bem era Deus. Tudo o que existe abaixo dele é considerado bem menor. Mas mesmo havendo várias categorias de bens, tanto a criatura quanto o criador são ontologicamente bons. Não há abertura ou possibilidade para uma interpretação gnóstica da criação ou de ligação da materialidade com o mal. Agostinho descarta totalmente a possibilidade de algum mal estar ligado a Deus, pois além de ontologicamente isso ser impossível, visto Deus em sua natureza ser o Sumo Bem, a própria criação é retratada como boa originalmente. Porém se o problema da origem do mal não está em Deus nem na criação. Então de onde vem o mal? Não seria então o mal um invasor da criação? Quanto a isto sentencia em Livre- arbítrio: “Em ti o mal não existe de forma alguma; e não só em ti, mas em quaisquer criaturas tomadas em sua universalidade. Porque, fora da tua criação nada existe que possa invadir ou corromper a ordem por ti estabelecida” (AGOSTINHO, 1995, p. 91).

Agostinho sabia que o maniqueísmo acabava no final de tudo culpando a Deus pela existência e permissão do mal, e apologeticamente ele declara que nem Deus nem a criação tem o mal em si mesmos. Isso claramente mostra que as novas convicções de Agostinho não foram uma tentativa de adaptar antigos conceitos maniqueístas, sobre Deus e sobre a criação, às crenças cristãs. Na verdade, houve um abandono total do conceito sobre a origem do mal ainda ligado a Deus e a criação e uma aceitação e defesa da bondade de Deus e da sua criação.

II) O mal não é uma substância

A mudança de Agostinho foi a saída de uma definição de mal ontológico-natural para uma concepção do mal antropológico-moral. A grande mudança que Agostinho faz na formulação do problema do mal é repensá-lo à luz do conceito de Bem. Sem as antigas ênfases do dualismo gnóstico, o hiponense afirma uma ontologia não do mal, mas somente do bem, relegando o mal para esfera moral. O mal para Agostinho não está ligado à criação, não vem de Deus, sequer está em um estado natural do homem. O mal ontológico não existe para Agostinho. O que existe é o mal, cuja causa ele liga ao homem e seu livre arbítrio.

Diz Agostinho, “todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância” (1995, p. 90). Conseqüentemente, este abandona sua concepção do mal como ser e passa a entender o mal segundo a concepção de Plotino, que o definia como ausência do bem, ou especificamente como não-ser. Como explica Estrada (2004), o mal é carência de bem, e não tem forma, sendo assim um afastamento do ser. Conforme Ferrater (2009) o mal não é uma substância, mas uma privação, ou se quiser, um movimento (rumo ao não-ser). Mas como explicar que o problema do mal vem de uma questão moral e não de um fundamento ontológico? Assevera Agostinho (1987, p. 38):

Mas passou do bem eterno ao bem temporal, do bem espiritual ao bem carnal, do bem inteligível ao bem sensível, do Sumo Bem ao bem ínfimo. Existe, pois, um bem que a alma racional não pode amar, sem pecar. É o bem que é inferior a ela. Assim o mal é o próprio pecado; e não o objeto amado com afeição pecaminosa.

Agostinho, assim, define o mal de forma hierárquica, uma vez que declara uma espécie de substituição ou passagem do eterno para o temporal, do superior para o inferior. Ou seja, o mal não está nas coisas ou no ser, mas no uso que o homem faz das coisas e da posição que isso ocupa em relação ao Sumo Bem. O homem erra pelo abuso do que é sensível, carnal e temporal. Não há um mal prévio, que sempre existiu na materialidade da criação e torna o mal inevitável. Destarte, segundo o entendimento agostiniano: “Tampouco a luz, se — feita para os olhos — for cultuada, como se fosse a luz da sabedoria para o espírito. Ela não se tornaria mal por isso. O mal é a prática supersticiosa com a qual se serve dela uma criatura, em vez de servir o Criador” (AGOSTINHO, 1987, p. 38). Dialogando com a teologia Paulina sobre origem da idolatria, o Bispo de Hipona afirma que é a forma que o ser humano se relaciona com as coisas criadas que pode ser caracterizado com mal.

Para o hiponense o mal está no erro do homem em usar sua capacidade de escolha, por amar de forma desordenada as coisas da criação (inferiores), e colocá-las no lugar de Deus. Portanto, a criação é boa, mas as escolhas do homem são más, pois ele abusa do uso da criação. Agostinho aqui denomina o que ele entende como o mal, que é o pecado. Esta convicção do pecado como mal se distancia de uma conceituação que poderia aproximar-se de uma definição ontológica e é reafirmada por ele. Segundo Agostinho (1987, p. 38): “A defectibilidade da alma vem de seus atos e da pena que padece pelas dificuldades — consequência dessa defectibilidade. Todo o mal reduz-se a isso. Ora, o agir ou o padecer não são substâncias. Portanto, a substância não é um mal”.

– Inteiramente afirmo que a ordem começou no momento em que começou a existir o mal. – Portanto – disse-lhe eu – o mal não é devido à ordem, se esta começou a existir depois que o mal surgiu. Mas a ordem sempre estava junto de Deus e, ou sempre existiu o nada, que é o mal, ou se alguma vez se chegue à conclusão de que tenha começado, nunca houve nem jamais haverá algo sem ordem, porque a própria ordem ou é um bem ou procede do bem. Não sei um pensamento mais próprio que me havia ocorrido, mas que me escapou pelo esquecimento: creio que isto aconteceu ordenadamente por merecimento, ou por disposição, ou por ordem da vida.

– Você recai no mesmo – repliquei. O que você não quer continua sendo afirmado, pois quer a ordem tenha estado sempre junto de Deus, quer tenha começado a existir a partir do tempo em que também o mal começou, de qualquer maneira aquele mal surgiu fora da ordem. Se você concorda com isto, você confessa que algo pode ser feito fora da ordem, o que enfraquece e destrói a sua questão. Se, porém, você não concordar, tem-se a impressão de que o mal tenha surgido por ordem de Deus e, assim, você estará afirmando que Deus é autor dos males. E não me ocorre nada mais detestável que este sacrilégio. (AGOSTINHO, 2008, p.108)

III) O mal é resultado do livre-arbítrio

Se as respostas para o problema do mal levaram Agostinho para o maniqueísmo, a insatisfação com essas mesmas respostas o fez abandonar está seita, pois desde o início ele não tinha uma “ideia clara e nítida da causa do mal” (AGOSTINHO, 1997, p. 84). Mas se o mal não estava em Deus, pois tudo o que Ele fazia era bom, então, como explicar a origem do mal no homem, se foi Deus quem o criou?

Para Agostinho (1987, p. 30): “Se a vida tende ao nada foi por se ter desviado — por uma defecção voluntária — de quem a criou, e de cujo ser desfrutava. Foi por querer — contra a lei divina — gozar dos seres corpóreos aos quais Deus a tinha colocado superior.” Entende-se aqui que de acordo com este, o mal vem do uso que o homem faz do dom da liberdade, que Deus lhe concedeu. Pois a causa para o mal, neste caso o pecado, era o amor pelas coisas inferiores no lugar de apego a Deus. Ou seja, em vez de amar a Deus, ele passou a desejar coisas inferiores, tornando-se, deste modo, escravo das paixões. Mas nesse caso por que Deus criou o homem com liberdade, criando assim a possibilidade dele cair? Conforme Agostinho (1987, p. 32): “julgou Deus que assim seriam melhores os seus servidores — se livremente o servissem. Coisa impossível de se conseguir mediante serviço forçado e não livre.”

O mal e o bem são uma possibilidade da própria liberdade que Deus concedeu ao homem. O Homem que poderia amar a Deus livremente, também poderia odiá-lo profundamente. O Supremo bem poderia ser substituído pelos bem menores, direcionando assim a criatura não mais para o Criador.

Diferente do determinismo maniqueísta, que concebia a ideia do mal não como algo que o homem fazia por escolha, mas o praticava sem querer, tornando-o assim sem nenhuma responsabilidade moral pelos seus atos, a concepção de Agostinho do mal é profundamente ligada à ideia de livre-arbítrio. Deus na verdade não poderia obrigar o homem a fazer o que era

certo ou errado, mas sim poderia esperar que através do livre-arbítrio este fizesse o que era certo, muito embora, também pudesse decorrer do mesmo livre-arbítrio a possibilidade de pecar. Como explica abaixo Agostinho (1995, p. 82), em seu diálogo com Evódia:

Realmente, e se é essa a questão por ti proposta, já está claramente resolvida. Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção.

Segundo o hiponense, ontologicamente o homem foi feito bom, porém ele usou para o mal o bem do livre-arbítrio que Deus o havia dado. Ele escolheu praticar o mal, logo, o homem tornou o mal real ao apropriar-se do seu dom, utilizando o livre arbítrio para amar as coisas más. Ou seja, “ele se volta contra a ordem da natureza”, se voltando do ser Supremo para aquilo que é inferior. Ainda conforme Agostinho (1987, p. 32):

[...] o pecado é mal voluntário. De nenhum modo haveria pecado se não fosse voluntário. Esta afirmação goza de tal evidência que sobre ela estão de acordo os poucos sábios e os numerosos ignorantes que existem no mundo. Pelo que, ou se há de negar a existência do pecado ou confessar que ele é cometido voluntariamente.

Como o mal é resultado da escolha humana, conseqüentemente, a culpa é do mal, ou melhor dizendo, é de quem pratica o mal e não de Deus, que criou tudo que de bom existe. Percebemos então que a voluntariedade do pecado, o mal, retira de Deus a responsabilidade pela existência deste, e a coloca sobre o homem, não obstante ter sido criado livre e bom. Logo, a existência do mal dentro da teodiceia agostiniana não é mais um problema teontológico, mas antropológico. Segundo Reale (2015, p. 455):

A má vontade não tem uma ‘causa eficiente’, mas muito mais ‘causa deficiente’. Por sua natureza, a vontade deveria tender ao Bem supremo. [...] sendo assim, o mal deriva do fato de que não há um único bem, mas muitos bens, consistindo, precisamente, em uma escolha incorreta desses bens.

O mal é inserido dentro da estrutura antropológica e moral, onde o papel da vontade é central, pois não há causa fora dela, e não existe vestígio de transferência para qualquer condição coercitiva ou mesmo apelo à natureza, que condicionaria os atos morais à prática do mal. Em outras palavras, a causa do mal está na autodeterminação da vontade e não em um determinismo ou fatalismo, ou mesmo em um Destino. Ou seja, o homem é livre para escolher, e entre todas as possibilidades de escolhas a que ele deveria fazer, que é escolher o Criador, ele

acaba escolhendo os bens menores. Mas qual a base para a impossibilidade de o mal não poder ser definido de natureza determinista? Cumpre atentar para o que diz Agostinho (1995, p. 44):

Enfim, se o mal não fosse obra da vontade, absolutamente ninguém deveria ser repreendido ou admoestado. E com toda essa supressão, a lei cristã e toda a disciplina religiosa receberia golpe mortal. Logo, à vontade deve ser atribuído o fato de se cometer pecado. E como não há dúvida sobre a existência do pecado, tampouco se haverá de duvidar do que se segue: — que a alma é dotada do livre-arbítrio de sua vontade.

A impossibilidade da existência do mal desligado da liberdade é analisada sob o ponto de vista do que não poderia se tornar razoável. Ou seja, quem deveria ser corrigido por fazer algo que não tem liberdade de fazer diferente? A liberdade torna possível a responsabilidade moral. Além disso, haveria consequências também para vivência cristã, pois quem poderia viver uma lei ou cumprir disciplinas religiosas sem a liberdade da vontade?

4 A INTERSEÇÃO ENTRE FILOSOFIA E TEOLOGIA NA CONTROVÉRSIA MANIQUEÍSTA SOBRE O MAL

Neste capítulo, pretende-se contextualizar o mal de acordo com o relato de Gênesis, mostrando seu conceito de forma simplificada no Judaísmo, na filosofia, na vida e na teologia de Agostinho aos maniqueístas.

4.1 O mal na religião Judaica

A literatura de um povo serve de base para entendermos sua história e crenças em determinado período da história. A partir da compreensão sobre o que acreditavam e qual o fundamento de sua fé,

Para entendermos o lugar do mal na religião Judaica, temos que analisar os primeiros escritos de Moisés, comumente chamado de Torah. Especificamente em Gênesis 1 e 2 vemos os primeiros relatos do que podemos denominar de cosmologia e antropologia judaica. A narrativa contém relatos sobre “6 dias de criação e ordem do mundo. O verbo *Barah* é repetido várias vezes tendo Deus como sujeito e a criação é totalmente sujeita a sua palavra. A teologia da criação é a base dos primeiros capítulos da cosmologia bíblica e oferece um retrato da beleza e pureza do mundo como resultado da ação do Deus transcendente e imanente. O quadro todo é de um mundo que tem o Deus único como criador e a criação como expressão de sua vontade e bondade.

O mal em Gênesis não é visto como algo natural, ou mesmo como expressão da natureza da Criação. Na verdade, o texto de Gênesis 1.31, afirma claramente que “tudo era muito bom”. Na teologia da criação da narrativa Mosaica a bondade de tudo o que é criado é afirmado claramente. O Deus *Elohim* (Criador) em sua transcendência organizou e encheu o mundo sem deixar qualquer vestígio de males.

Há livros inteiros do Antigo Testamento que lidam como o problema do mal: Jó, por exemplo critica a ideia de associar o sofrimento apenas ao pecado do indivíduo e Habacuque, expõe o mal em um âmbito mais público, trazendo a ação salvadora de Deus como solução para os males.

O mal no Antigo Testamento é moral e espiritual. Moral porque se trata de uma escolha que o homem faz em seguir sua vereda tortuosa e seu caminho de trevas, errando assim o alvo da vontade de Deus. Espiritual, porque ele acaba se afastando de Deus, fonte de toda a vida e paz, ocasionando assim morte (separação), primeiro imediata e posteriormente eterna.

4.2 O Mal na Filosofia:

Seria impossível listar o que todos os filósofos afirmam sobre o mal. Neste caso, citamos Platão, um dos mais emblemáticos pensadores da História da Filosofia, que exerceu influência sobre Agostinho, entendendo assim como o mal é visto dentro da tradição grega.

Os diálogos de Platão na obra *A República* têm como tema principal a justiça, mas a causa do mal e sua relação com as divindades entra em debate em certo momento e fornece esclarecimento sobre o mal:

Logo, sendo boa a divindade, não é a causa de tudo, como geralmente se acredita, mas de muito pouco que se passa com os homens; na maioria das coisas ela não tem ingerência. É muito menor o número das coisas boas que nos acontecem do que ruins. O bem não terá causa diferente; porém os males, qualquer outra, com a exclusão da divindade. (PLATÃO, 2000, p.126)

Essa é uma das primeiras referências no mundo filosófico grego platônico ao problema do mal. Platão já se afasta da tradição mítica da época em relação a causalidade do mal fazendo algumas distinções importantes:

1. Existe uma ênfase no caráter da divindade como sendo bom. Os deuses gregos foram alvos de críticas dos apologistas por que tinham os mesmos vícios dos homens, eram iracundos e era necessários apresentar sacrifícios a eles. Logo, Platão está sendo contrário a descrição dos poetas e ao que era visto no panteão grego, pois afirma o caráter bom da divindade.

2. Existe uma negação de que todas as coisas sejam causadas pela divindade. O fatalismo estoico propunha a aceitação resignada de tudo o que acontecia na vida como inevitável e as crenças da época eram que tudo no mundo era causado pelos deuses que tinham domínio sobre aspectos da realidade ou áreas da vida como agricultura, fenômenos da natureza ou resultados de batalhas.

3. Existe uma ligação natural entre o caráter bom da divindade e o que ela causa sendo apenas o que é bom. A ideia é que a obra reflete o caráter de quem a faz, havendo assim uma expressão do ser naquilo que é feito. O argumento é que quem é realmente bom só pode fazer o bem e nunca o mal por que é contrário à sua própria natureza.

4. Existe uma negação clara de que a divindade boa possa causar os males. No mundo antigo os deuses causam tanto o bem quanto o mal dependendo do seu estado emocional ou caráter. Mas o que está sendo defendido é que esses males não podem vim de uma boa divindade. Para deixar mais claro ainda afirma Platão (2000, p.127): “Mas, afirmar que Deus,

sendo bom, é causador da desgraça de qualquer pessoa, é o que por todos os meios teremos que combater”.

4.3 O mal na história de Agostinho:

4.3.1 O mal experimentado:

A obra *Confissões* contém orações, teologia em forma de louvor e biografia contada pela ótica da fé e com forte apelo teocêntrico. O mal é vivenciado com espanto da experiência do prazer associado, sendo um lamento presente contado pela memória do santo agora arrependido. Durante toda sua vida o mal sempre foi um problema que ele buscou responder, seja na controvérsia contra os maniqueístas ou mesmo nos debates contra os pelagianos. Categoricamente, podemos afirmar que problema do mal em Agostinho podemos classificar como pessoal, uma vez que faz uma leitura biográfica dos erros da sua infância ligados a ideia do mal. Também é um problema existencial ligado às próprias buscas, em sua caminhada como peregrino, pois, colocava o mal como um problema que o levou ao maniqueísmo e a insatisfação a respeito da resposta ao mal, depois do encontro com Fausto, como um dos motivos para o abandono da seita. Claro que o aspecto filosófico que ele encontra em Plotino, e que une ao Gênesis, forma uma resposta que se torna mais satisfatória tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista existencial. Agostinho não aguentava mais viver a angústia de negar os próprios erros transferindo a responsabilidade para sua natureza pecaminosa. O mal foi logo visto em sua própria vida, em seu passado, agora revisto em uma memória de fé reflexiva e crítica.

4.3.2 O mal debatido.

Os diálogos de Agostinianos são provas de que a sua busca pelas respostas a respeito do mal não passa pelos caminhos do fideísmo, pois não mergulha em uma fé cega onde as respostas se tornam simplistas ou as interrogações proibidas, como se o simples questionar tivesse se tornado quase uma blasfêmia. Agostinho está preocupado em ter uma fé verdadeira com o auxílio de uma razão livre onde a razão faz perguntas profundas e a fé traz respostas firmes. O debate de Agostinho a respeito do mal se torna um palco onde a sua fé madura se desenvolve ligada aos problemas reais, que tanto ele quanto as pessoas daquela época enfrentavam. Ele traz respostas reais a problemas reais e discute o mal aberto as opções que a própria razão e a fé poderiam trazer. Não aceita respostas prontas ou pré-fabricadas religiosamente colocadas. Porém respostas que o ouvinte pode perceber que na verdade foi

resultado de uma profunda reflexão de um pensamento inquiridor, verificando possibilidades e principalmente chegando a conclusões depois de um longo processo de diálogo e meditação. Vemos abaixo um exemplo disso, a partir da sua narração sobre um diálogo travado com Licêncio:

[...]Portanto – disse-lhe eu – o mal não é devido à ordem, se está começou a existir depois que o mal surgiu. Mas a ordem sempre estava junto de Deus e, ou sempre existiu o nada, que é o mal, ou se alguma vez se chegue à conclusão de que tenha começado, nunca houve nem jamais haverá algo sem ordem, porque a própria ordem ou é um bem ou procede do bem. Não sei um pensamento mais próprio que me havia ocorrido, mas que me escapou pelo esquecimento: creio que isto aconteceu ordenadamente por merecimento, ou por disposição, ou por ordem da vida. – Não sei – disse ele – como me escapou a sentença que agora rejeito, pois eu não deveria ter dito que a ordem começou a existir depois que o mal surgiu, mas assim como a justiça, da qual tratou Trígécio, também a ordem estava com Deus, a qual não foi posta em prática senão depois que começaram a existir os males. – Você recai no mesmo – repliquei. O que você não quer continua sendo afirmado, pois quer a ordem tenha estado sempre junto de Deus, quer tenha começado a existir a partir do tempo em que também o mal começou, de qualquer maneira aquele mal surgiu fora da ordem. Se você concorda com isto, você confessa que algo pode ser feito fora da ordem, o que enfraquece e destrói a sua questão. Se, porém, você não concordar, tem-se a impressão de que o mal tenha surgido por ordem de Deus e, assim, você estará afirmando que Deus é autor dos males. E não me ocorre nada mais detestável que este sacrilégio. (AGOSTINHO, 2008, p.108)

O medo de fazer perguntas difíceis não faz parte da fé madura de quem sabe que precisa agora ir aos limites do pensamento humano, unido a fé profunda, até onde a verdade bíblica possa levar. Nessa perspectiva, Agostinho está considerando Deus e sua justiça, fazendo perguntas estreitas, usando analogias com circunstâncias humanas e voltando-se à realidade do problema do mal. Ele sabe que se o mal for afirmado em sua ontologia ou eternidade no final quem será o culpado é Deus, suposto criador do mal. Ele ressignifica o mal negando sua substância ou realidade. Mostra que o mal na verdade não existe porque se torna privação do bem. O que existe é o bem e o que o homem faz de mal na verdade é o mau uso que ele faz do bem que Deus criou. Esse mal de maneira nenhuma é eterno e não existe por si, em um dualismo maniqueísta. O mal é algo inatural, sendo contrário a ordem de Deus e resultado da forma como o próprio homem vai lidar com os bens que Deus criou.

4.3.3 O mal respondido

A visão sobre quem é Deus e qual sua relação com o mundo afeta as concepções sobre o mal de forma direta. Agostinho faz perguntas difíceis e em todo tempo utiliza uma argumentação forte por que sua preocupação não dá uma resposta dogmática ao problema do

mal, mas pensa o mal em suas dimensões mais inquietantes, tornando a questão esclarecida e expondo-a de forma persuasiva. Deste afirma o Doutor:

Não existe nenhum ser vivo que não venha de Deus, porque ele é, na verdade, a suma vida, a fonte mesma da vida. Nenhum ser vivo, enquanto tal, é mau, mas somente enquanto tende à morte. A morte da vida, essa é a perversão ou a maldade (nequitia), isso é o nada. Por isso, com razão, os homens mais perversos são chamados “homens do nada”. Se a vida tende ao nada foi por se ter desviado — por uma defecção voluntária — de quem a criou, e de cujo ser desfrutava. Foi por querer — contra a lei divina — gozar dos seres corpóreos aos quais Deus a tinha colocado superior. Essa é a perversão. Não porque o corpo seja nada. Pois ele possui certa harmonia em suas partes, sem o que, não poderia existir. Também ele é obra daquele que é o princípio de toda harmonia. Todo corpo possui como que certo equilíbrio de forma, sem o qual não existiria. Logo, o Criador dos corpos é o princípio de todo equilíbrio. Ele é a forma incriada e a mais bela de todas as formas. Os corpos todos possuem certa beleza, sem a qual não seriam o que são. Se, pois, indagarmos quem constituiu os corpos, busquemos entre todos os seres o que seja formosíssimo. Toda formosura procede dele. E quem é esse senão o Deus único, a verdade única, a única salvação de todas as coisas, a primeira e soberana essência, a fonte de onde procede tudo o que é — enquanto tem o ser — porque tudo o que é como tal é bom. (AGOSTINHO, 1987, p. 31)

Para Agostinho não existem dois deuses. Mas apenas afirmação de um único Deus que criou todas as coisas, inclusive o mundo material, que os gnósticos e maniqueístas denominavam como mal. Essa cosmologia para Agostinho está totalmente descartada porque para ele todos os bens que existem procedem do supremo bem, que é Deus. O supremo bem criou tudo que existe e tudo que existe revela na verdade quem ele é. Mas como o mal entrou no mundo bom? Segundo Agostinho:

Eis como a vida se torna terrena e carnal, e porque é também chamada terra e carne. Enquanto permanece nesse estado não possui o reino de Deus, e o objeto de seu amor lhe escapa. Isso porque ama o corporal que é menos do que a Vida. Devido a essa desordem, é corruptível o objeto de seu amor. Desfazendo-se, ele abandona o seu amante, tal como ela também abandonou a Deus quando desprezou o mandato de quem lhe dissera: ‘Coma isto e não aquilo’ (Gn 2,16.17). Portanto, o homem vê-se arrastado às penas, por amar as coisas inferiores. Está assim ordenado para aquelas regiões que levam à miséria de seus prazeres e suas dores. Pois o que é a dor, a chamada dor física, senão a perda repentina da integridade do corpo que — por abuso da alma — caiu sujeito à corrupção? E no que consiste a dor dita da alma, senão na privação das coisas perecíveis de que a alma desfrutava ou esperava desfrutar? A isso se reduz tudo o que se chama de mal, isto é, o pecado e o castigo do pecado. (AGOSTINHO, 1987, p. 31)

O hiponense explica o mal através da ideia de que os homens começaram a amar mais as coisas inferiores em vez de amar o Criador ou, seja, o mal é explicado como uma forma errada do homem lidar com aquilo que Deus fez, impedindo assim qualquer tentativa de colocar o mal dentro de um âmbito ontológico. Ele afirma a ideia de corrupção dentro da sua obra para

que dessa forma se percebe que o mal é exatamente aquilo que o homem não deveria estar fazendo ou, ainda, como ele não deveria estar se relacionando com este mundo feito por Deus. O mal é denominado de pecado, seguindo tanto a teologia de Gênesis, quanto a teologia Paulina. Mas como entender o mal antes mesmo do homem haver caído nele? O doutor da fé responde:

Contra os homens santificados, o anjo mau, chamado demônio, não pode causar mal algum. Aliás, ele mesmo como anjo é mau, não enquanto anjo, mas por se ter pervertido voluntariamente. Se com efeito, só Deus é imutável, temos de confessar que os anjos são mutáveis por natureza. É pela própria vontade que os anjos bons amam a Deus mais do que a si mesmos e permanecem firmes e estáveis nele, gozando de sua grandeza, submissos a ele somente, com adesão gratíssima. Mas o anjo mau, amando-se a si mesmo mais do que a Deus, recusou-se a submeter-se, inchou-se de orgulho e, separando-se da essência soberana, arruinou-se. Por isso ficou diminuído em seu ser primitivo, porque quis gozar daquilo que era menos. Quis gozar mais de seu próprio poder do que do de Deus. Ainda que não fosse ser absoluto, ele possuía natureza excelente, e gozava do sumo Bem que é somente Deus. Ora, todo aquele que é menos do que já foi, não enquanto é, mas enquanto é menos, é mau. Aquele que é menos do que foi, tende à morte. Que há de espantoso, se dá defecção venha a privação, e da privação a inveja, pela qual o demônio tornou-se demônio? O pecado vem do livre-arbítrio. (AGOSTINHO, 1987, p. 32)

Agostinho expõe a história da origem da maldade do mundo Angélico através das próprias escolhas que os anjos fizeram de voluntariamente amar mais a si mesmos do que a Deus. O tema do amor volta porque o homem foi criado para amar apenas a Deus e esse amor se tornou mal direcionado fazendo com que de forma orgulhosa este amasse mais a si do que a Deus. Esse episódio escrito em Gênesis 3 já havia ocorrido no mundo Angélico há anos atrás e a mesma estrutura que é afirmada em Gênesis 3, sobre escolha do mal e a responsabilidade moral do erro é também afirmado em relação ao mundo Angélico. O anjo se torna mal devido pensar mais em si do que em Deus, ou seja, mais em seu próprio bem do que no Supremo Bem. Claramente Agostinho mostra que o mal vindo devido ao Deus bom que criou todos os bens para sua glória ser substituído por esses bens que o homem ama de forma desordenada e torna-se escravo das suas paixões. Mas como aconteceu visto ser o livre-arbítrio um bem?

Se, pois, a integridade é o oposto da deterioração, sendo a integridade um bem, é bom tudo aquilo que a deterioração ataca. Os seres são bons, mesmo sujeitos à deterioração. Se eles se deterioram é porque não possuem o bem na plenitude. Por serem bons, procedem de Deus; por não serem plenamente bons, não são Deus. Por conseguinte, o único bem que não se pode deteriorar é Deus. Os demais bens procedem dele, podem se deteriorar por si mesmos, porque por sua própria procedência nada são. (AGOSTINHO, 1987, p. 38).

O livre-arbítrio foi uma dádiva que Deus concedeu ao homem. Mas como tudo o que ele fez é distinto do que ele é, a criação está sujeita a imperfeição e por isso qualquer que

seja o uso que o homem vai fazer da criação naturalmente essa imperfeição se torna potencial. A criação não possui a bondade absoluta que só existe no Criador. Mesmo a criação sendo boa ela ainda tem a possibilidade de se deteriorar e o homem também a partir de suas escolhas tem a possibilidade de se perder. Ou seja, ele pode escolher caminhos de autodestruição e utilizar para o mal o que Deus criou para o seu bem. Só existe um que não tem como se corromper, sendo bom e imutável, que é Deus. A criação pode sim chegar um estado de deterioração e isso aconteceu quando o casal Adão e Eva no Jardim do Éden escolheram o caminho da desobediência em vez de o caminho da submissão, considerando que escolheram a autossatisfação no amor ao mundo em vez da alegria da comunhão com Deus. A explicação para perdição, que vêm do livre-arbítrio, é que Deus deu um dom para o homem, mas ele não soube utilizar com sabedoria. Seria, pois, Deus agora culpado pelos males que o homem ocasionou andando por caminhos que este já lhe havia proibido? Segundo Agostinho (1987, p. 38):

A primeira deformidade da alma racional é a vontade de executar o que a suma e íntima Verdade lhe proíbe. Assim, o homem foi expulso do paraíso para este mundo, passando dos bens eternos aos temporais, da abundância à miséria, da estabilidade à fraqueza. Não passou, porém, do bem substancial ao mal substancial, porque nenhuma substância é má. Mas passou do bem eterno ao bem temporal, do bem espiritual ao bem carnal, do bem inteligível ao bem sensível, do sumo Bem ao bem ínfimo. Existe, pois, um bem que a alma racional não pode amar, sem pecar. É o bem que é inferior a ela. Assim o mal é o próprio pecado; e não o objeto amado com afeição pecaminosa 15. Não é má a árvore que, segundo a Escritura, estava plantada no meio do paraíso, mas a transgressão do preceito divino. Seguiu-se, por consequência, justo castigo. O tocar a árvore proibida, contra o mandato divino, tornou-se o princípio do discernimento do bem e do mal. Envolvendo-se a alma em seu próprio pecado, ao receber a paga do castigo, vem a conhecer a diferença que há entre o mandato que se recusa a guardar e o pecado cometido. Dessa maneira, o mal que ela não aprendeu a conhecer, precavendo-se dele, conheceu-o pela experiência do mesmo. E menosprezando o bem, pela desobediência, vem a amar o mal com maior ardor.

Como um ser bom se torna mal, já que o Deus bom não criou o mal? Agostinho mostra que através da aceitação do mal na tentação do paraíso o homem passou de uns estados onde ele vivia o bem substancial para o estado em que agora experimentar próprio pecado. As palavras que Agostinho usa vem vocabulário hebraico do Antigo Testamento. Os dois termos fortes usados neste texto acima são a palavra transgressão, que envolve a ideia de quebrar a lei de Deus e a desobediência, que envolve uma recusa em cumprir com as ordens divinas. O pensador está aqui também descartando a possibilidade de qualquer argumentação relativa à presença da árvore proibida, tendo em vista que através da alusão, não rara, a ela, propunha-se que por seu intermédio Deus estivesse buscando tentar ao homem, oferecendo-lhe um motivo para sua queda, como se começasse a brincadeira cósmica de levá-lo ao mal. Agostinho, no

entanto, vai mostrar que o mal aconteceu quando o homem desobedeceu ao que Deus havia falado. A este mal Agostinho denomina de pecado, que segundo o contexto judaico, no Antigo Testamento, significa errar o alvo. A árvore seria para o homem apenas o teste para ele entrar em um estado no qual não poderia mais cair, mas o homem desprezando a ordem de Deus resolve aceitar e come da árvore do conhecimento do bem e do mal. Esta árvore torna-se na verdade a experiência do mal do pecado, que afeta ele, seus relacionamentos e também todos os seus descendentes.

Podemos então entender que o mal entrou na vida do homem através de suas escolhas contrárias à vontade de Deus. O seu ser foi maculado por que o seu intelecto, a sua mente e a sua vontade resolveram seguir fazer aquilo que Deus proibiu e isso, por sua vez, causou nele vergonha, medo de se relacionar com Deus e no final de tudo a pena, citada por Paulo em Romanos 6:23, que é a morte.

4.4 A teologia da criação como contexto para interseção entre teologia e filosofia:

4.4.1 Os maniqueus e a leitura de Genesis: O problema da hermenêutica maniqueia.

2. Os maniqueus costumam criticar as Escrituras do Antigo Testamento, que não conhecem, e, com essa crítica, zombar de nossos irmãos débeis e infantis e enganá-los, não encontrando estes como lhes responder, pois não há Escritura alguma que não possa ser criticada facilmente por parte daqueles que não a compreendem. (AGOSTINHO, 2005, p. 297)

O centro da questão dos maniqueus em relação ao problema do mal era que eles zombavam ou até mesmo rejeitavam o Antigo Testamento, que vai falar sobre a Criação, porque no final de tudo eles não compreendem. O erro do maniqueísmo era hermenêutico. Uma questão que o próprio Agostinho já havia vivenciado em relação às Escrituras, pois tentou encontrar na Escritura padrões retóricos como havia encontrado nos textos de autores gregos. Mas agora ele está criticando o porquê na verdade eles fazem uma leitura literalista das Escrituras. Durante todo seu comentário literal de Gênesis, que é uma resposta aos maniqueus, ele usa três estruturas. A primeira é a citação do versículo do livro de Gênesis. A segunda é a compreensão que os maniqueus tinham sobre o texto. De forma geral, eles buscam desconstruir o texto, fazendo questionamentos sobre o significado, tirando a credibilidade deste ou tentando apresentar os níveis ou aparentes contradições. Agostinho escreve comentário literal de Gênesis. Os maniqueus traziam uma leitura literalista absurda e fechada tentando retirar muito além do que poderia extrair de um texto antigo. Agostinho vai mostrar que se pode ser literal ao que o texto está dizendo sem distorcer o seu significado. Ele responde a cada uma das

questões dos maniqueus usados em seus comentários. Confirmando seu veredicto sobre a forma dos maniqueus interpretarem o texto ainda diz:

O que está escrito em seguida no livro do Gênesis: Ora, a terra estava vazia e vaga 8 , é criticado pelos maniqueus, que dizem: ‘Como é que Deus fez o céu e a terra, se a terra já era vazia e vaga?’. Desse modo, ao quererem criticar as Escrituras, em vez de procurar conhecê-las, não compreendem as coisas mais evidentes. (AGOSTINHO,2005, p. 297)

4.4.2 Agostinho e sua refutação a leitura maniqueia de Genesis: teologia e filosofia como fundamento.

Equiparando o Ser ao Bem, a filosofia Agostinho coloca na equação da afirmação sobre a bondade da criação essa junção entre bondade ou bem unindo a ontologia. Isso já seria usado como um contra-argumento à ideia do mal no mundo físico ou material. A criação é praticamente um dos temas que Agostinho mais trabalha ao responder ao problema do mal. Aqui percebemos a profundidade do seu pensamento, a seletividade de ideias e como ele consegue entrelaçar conceitos filosóficos Platônico com verdades da Bíblia, retiradas do capítulo 1 de Gênesis, porque ao mesmo tempo que a Escritura confirma que a criação é boa, ele consegue fornecer um fundamento filosófico a esta ideia, respondendo assim que toda a criação na verdade é resultado de Deus e, principalmente, toda natureza é um bem por Ele criado.

Alguns indícios parecem autorizar esta hipótese. O livro do Gênesis começa assim: No começo fez Deus o Céu e a Terra. A Terra era invisível e desorganizada. As trevas estendiam-se sobre o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas¹. Ora no Timeu, onde trata da formação do mundo, Platão declara que, para esta obra, Deus começou por juntar a terra e o fogo. É manifesto que ele põe o fogo em lugar do céu. Esta concepção tem, pois, alguma semelhança com o que diz a Escritura: No começo fez Deus o Céu e a Terra². Seguidamente diz que os dois elementos intermédios que serviram para associar entre si estes dois elementos extremos, foram a água e o ar. Nisto se viu uma interpretação do que está escrito: O Espírito de Deus pairava sobre as águas³. Pouco cuidadoso de certo com a maneira por que a Escritura designa habitualmente o Espírito de Deus, como o ar também se chama espírito, parece que se pode imaginar que esta passagem mencionava estes quatro elementos. Quanto à afirmação de Platão de que filósofo é o que ama a Deus, nada há mais claro nas Escrituras. Mas o que mais me inclina quase a crer que Platão não desconheceu estes livros está nisto: quando Moisés recebeu por um anjo a mensagem de Deus, perguntou pelo nome de quem ordenava que fosse ter com o Povo Hebreu para libertar do Egito, tendo-lhe sido respondido: Eu sou quem sou e dirás aos filhos de Israel: O que é manda-me ter convosco⁴. como se, comparadas àquele que é realmente, porque é imutável, as criaturas mutáveis não fossem. Platão sustentou isto com tenacidade e recomendou-o com solicitude. Não sei se isto se encontra algures em obras anteriores a Platão, salvo naquela onde se diz: Eu sou quem sou e dir-lhes-ás: O que é manda-me ter convosco. (AGOSTINHO,2000, p. 732)

Uma outra observação que deve ser feita é que ao falar de Deus como Supremo Bem, imutável e principalmente como um Deus espiritual Agostinho consegue sair desse engano do maniqueísmo, fazendo com que o conceito de Deus por ele considerado verdadeiro seja protegido das heresias maniqueístas e os conceitos falsos sobre a criação também sejam agora preservados de se misturarem com a teologia da criação de Gênesis. Isso quer dizer então que podemos usar a criação como um tema para percebermos a interação entre teologia e filosofia. Ele consegue escapar da mistura, por exemplo, de ideias como da teoria da emanção, que seria contrária ao conceito cristão de criação, conseguindo absorver aspectos positivos da filosofia, como o conceito platônico de Deus e seus atributos, e também a equiparação de bondade ou de Bem ao Ser. Em uma afirmação ele explicita a influência platônica no conceito de Deus, com efeito diz:

Se, pois, para Platão, sábio é o que imita, o que conhece, o que ama a este Deus e encontra a sua felicidade em participar da sua vida, que necessidade haverá de examinar os demais? Nenhum deles estará mais próximo de nós que os platônicos. Ceda-lhes, portanto, não só essa teologia fabulosa que diverte os espíritos dos ímpios com os crimes dos deuses, mas ceda-lhes também essa teologia civil — em que impuros demônios, seduzindo, com o nome de deuses, os povos entregues aos prazeres terrestres, acharam por bem considerar os erros humanos como honras divinas; em que esses demônios, despertando nos seus adoradores imundas paixões, os provocam, sob o pretexto de se fazerem honrar, a assistirem às representações dos seus crimes, entregando-se eles próprios aos olhares dos espectadores como à mais agradável das representações; em que, finalmente, o que pode restar de honestidade no templo, sendo manchado pelo seu compromisso com as torpezas do teatro, tudo o que de infame se comete no teatro merece louvor em comparação das vilanias do templo. (AGOSTINHO,2000, p. 713)

Agostinho, como filósofo, depende de conceitos sobre Deus de origem platônica. A ideia da materialidade de Deus, totalmente maniqueísta, que o impediu até mesmo de diferenciar a criatura do criador, que é basicamente o que o teísmo cristão vai fazer, ele a fundamenta através do pensamento de Platão a respeito de Deus, como supremo bem. A natureza do ser de Deus depende agora de concepções filosóficas e teológicas. Filosófica porque Agostinho corrigi seus falsos conceitos maniqueístas a luz da afirmação de Deus como espiritual. Esses conceitos se tornam praticamente o fundamento que ele vai utilizar para vencer obstáculos, pois no maniqueísmo havia uma mistura estranha de Deus com o mundo.

Estes filósofos que, pela sua fama e glória, vemos colocados merecidamente acima dos demais, compreenderam que Deus não é corpo e por isso é que, na busca de Deus, transcenderam todos os corpos. Compreenderam que em Deus Soberano nada é mutável, e por isso é que, na procura de Deus Soberano, transcenderam toda a alma e todo o espírito mutável. Compreenderam, além disso, que em todo o ser que muda, toda a forma que o faz ser o que é, qualquer que seja a sua natureza e os seus modos, não pode ela própria existir senão por Aquele que é verdadeiramente porque é

imutavelmente. E daí que, quer seja o corpo do Mundo inteiro, a sua estrutura, as suas propriedades, o seu movimento regular, os seus elementos escalonados do Céu à Terra e todos os corpos que ele encerra; (AGOSTINHO,2000. p. 717)

A concepção teológica sobre a criação fundamentada em Gênesis dos capítulos de 1 ao 3 é na verdade uma afirmação sobre a bondade da criação, que se manifesta em todos os seres até mesmo aqueles que a cultura Judaica vai chamar de Satanás. Na verdade, está incluso na criação de Deus coisas até aquelas que os maniqueus negavam. Não havia espaço para dualismo ou paganismo. O fatalismo não era uma hipótese considerável. Tudo que existe é afirmação de uma transcendência e imanência de Deus ao ponto de toda a criação ser expressão da sua boa vontade. No livro de Gênesis, capítulo 1 versículo 31, nós temos a afirmação “viu Deus tudo quanto havia feito e era muito bom”. O capítulo 1 e 2 de Gênesis fundamentam essa bondade na criação e no próprio homem.

Devido a esta imutabilidade e a esta simplicidade, os platônicos compreenderam que Deus fez todos os seres e por nenhum pôde ser feito. Realmente observaram que tudo o que existe é corpo ou vida, que a vida é coisa superior ao corpo, que a forma do corpo é sensível e a da vida é inteligível. Puseram, portanto, a forma inteligível acima da forma sensível. Ora nós chamamos sensível ao que pode ser percebido pela vista e pelo tacto do corpo; inteligível ao que pode ser captado pelo olhar do espírito. Não há efetivamente beleza corpórea quer na estrutura do corpo, nos seus traços por exemplo, quer num movimento, como é o canto, que não tenha o espírito por juiz. Mas este espírito não poderia ser juiz, se nele não houvesse essa beleza mais perfeita, sem o volume da massa, sem o ruído da voz, sem a extensão do lugar e do tempo. Quanto ao próprio espírito, se, também ele, não fosse mutável, um não seria melhor do que outro ao ajuizar acerca da beleza sensível: nem o mais vivaz, o mais esperto, o mais exercitado ajuizaria melhor do que o mais lento, o menos esperto, o menos exercitado — e até o próprio espírito, embora uno, ao evoluir ajuíza melhor depois do que antes de se desenvolver. Não há dúvida de que é mutável o que é capaz de mais e de menos. Daí facilmente concluírem homens engenhosos, doutos e experientes nestas matérias, que a primeira forma não se encontra nos seres em que ela se evidencia mutável. A seus olhos o corpo e a alma aparecem com mais ou menos forma, de maneira que se lhes chegasse a faltar toda a forma, deixariam totalmente de ser. Viram, pois, que existe um ser no qual reside a primeira forma, imutável e, conseqüentemente, incomparável; julgaram muito justa mente que é aí que se encontra o princípio das coisas, o qual não poderá ter sido feito e pelo qual tudo terá sido feito. (AGOSTINHO, 2000. p. 718)

O filósofo Agostinho pode ser classificado dentro da sua própria obra com alguém que se utiliza de conceitos filosóficos, os aperfeiçoa e os modifica. Algumas vezes isso significa fazer uma crítica a termos ou ideias contrárias à fé cristã ou a doutrina Cristã, como ele designa, de maneira que não possam fazer parte das suas afirmações teológicas. O ouro dos egípcios, que é a filosofia Platônica, riqueza essa reconhecida e bem utilizada, serve à fé como apologética em favor da fé católica e da evangelização dos pagãos. Quem imaginaria que Jerusalém poderia agora ter tudo a ver com Atenas?

Assim, é o próprio Deus que lhes desvenda o que de Deus pode ser conhecido, quando a inteligência deles prescruta, através das Escrituras, as suas perfeições invisíveis, o seu eterno poder e a sua divindade (Rom. I, 19-20) — Ele por quem todos os seres, mesmo os visíveis e temporais, foram criados. Fica exposto assim o que se refere à parte chamada física, isto é, a natural. (AGOSTINHO, 2000, p. 719)

Muito embora fosse Agostinho bastante leitor contumaz de principalmente três livros da Bíblia, a saber, Gênesis, Salmos e Romanos, do ponto de vista da filosofia Platão é o filósofo que mais lhe influencia:

Cedam, portanto, todos estes filósofos que disseram que feliz não é o homem que goza do seu corpo, que feliz não é o que goza da sua alma, mas feliz é o que goza de Deus — não como o espírito goza do seu corpo ou de si próprio, nem como um amigo goza de um amigo, mas como o olhar goza da luz (se é que entre estas coisas alguma semelhança pode existir): qual seja a sua natureza, ver-se-á em outro lugar na medida em que, com a ajuda de Deus, nos for possível. Basta por agora recordar que, segundo Platão, o bem supremo consiste em viver conforme a virtude — o que só pode ser alcançado por quem tem o conhecimento de Deus e procura imitá-lo: não há outra causa que possa tomá-lo feliz. Também não hesita em dizer que filosofar é amar a Deus, cuja natureza é incorpórea. Donde se segue que o desejoso de sabedoria (que o mesmo é que dizer: o filósofo) só se toma feliz quando começa a gozar de Deus. Certamente que se não é feliz pelo simples facto de que se goza do que se ama, (muitos de facto são infelizes por amarem o que não deviam amar e mais infelizes ainda por dele gozarem). Todavia ninguém é feliz se não goza do que ama. Mesmo aqueles que amam o que não deve ser amado não se julgam felizes por amarem, mas por gozarem. Portanto, quem goza daquele que ama e ama o verdadeiro e supremo bem — quem senão o mais desgraçado negará que esse é feliz? A esse verdadeiro e supremo bem dá Platão o nome de Deus. Por isso é que diz que filósofo é o que ama a Deus; e porque a filosofia tende para a vida feliz, é gozando de Deus que quem o ama é feliz. (AGOSTINHO, 2000, p. 724)

Como visto anteriormente, Agostinho falou a respeito da criação para responder ao problema do mal. Com efeito, sua ontologia está profundamente envolvida nas concepções de Gênesis capítulo 1 ao 3 a respeito da origem do mundo e a respeito do criador do mundo. Ou seja, Agostinho tem uma concepção judaico-cristã de Deus adicionada à ideia filosófico-platônica fazendo assim a resposta ao mau ser na verdade uma união crítica entre Teologia da criação e filosofia platônica que ele recebe através da influência de Plotino.

Alguns, que nos estão unidos pela graça de Cristo, admiram-se quando leem ou ouvem dizer que Platão teve de Deus concepções que, reconhecem, estão em estreita concordância com a verdade da nossa religião. Por isso alguns têm pensado que, tendo ido Platão ao Egito, poderia ter ouvido Jeremias, ou lido os seus escritos proféticos durante a viagem. Eu mesmo consignei esta opinião em alguns dos meus livros. Mas um cálculo mais apurado das datas, tais como se contém na história cronológica, mostra que Platão nasceu cerca de cem anos depois da época em que Jeremias profetizou. Com efeito ele viveu oitenta anos; ora do ano da sua morte até àquele em que Ptolomeu, rei do Egito, pediu à Judeia os livros dos profetas hebreus para os mandar traduzir para seu uso por setenta hebreus que também conheciam o grego,

passaram- -se cerca de sessenta. Portanto Platão não pôde, no decurso da sua viagem, nem ver Jeremias, morto desde há muito tempo, nem ler as suas Escrituras ainda não traduzidas para grego, língua em que era exímio. A menos, talvez, que, apaixonado estudioso como era, tenha delas tido conhecimento por intérpretes, como aconteceu com as egípcias — sem se tratar duma tradução escrita (insigne favor que, diz-se, mereceu Ptolomeu, ele que, pelo poder da sua realeza, também podia inspirar algum temor); mas sem dúvida que conseguiu, com as suas conversações, tomar conhecimento, na medida do possível, do seu conteúdo. (AGOSTINHO,2000, p. 731)

Pode-se inferir que na perspectiva agostiniana não há uma dicotomia entre teologia e filosofia. O mesmo doutor que em um momento cita Platão, em outro está citando Paulo, buscando uma aproximação entre as duas. Não que isso seja prova de que a teologia e filosofia sejam iguais, mas para o hiponense a teologia e filosofia nunca foram inconciliáveis. Antes podem trabalhar junto para a edificação de uma fé comum, contribuindo para que a igreja seja saudável e se fundamente em Cristo, pois este foi sempre o propósito da cristandade. Agostinho não se encolhe ou foge das grandes questões que envolviam os debates da época. Na verdade, de forma corajosa usa seus escritos para responder as perguntas de muitos fiéis, que como ele haviam sido enganados, mas também precisavam de direção.

Alguns indícios parecem autorizar esta hipótese. O livro do Gênesis começa assim: No começo fez Deus o Céu e a Terra. A Terra era invisível e desorganizada. As trevas estendiam-se sobre o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas '. Ora no Timeu, onde trata da formação do mundo, Platão declara que, para esta obra, Deus começou por juntar a terra e o fogo. É manifesto que ele põe o fogo em lugar do céu. Esta concepção tem, pois, alguma semelhança com o que diz a Escritura: No começo fez Deus o Céu e a Terra. Seguidamente diz que os dois elementos intermédios que serviram para associar entre si estes dois elementos extremos, foram a água e o ar. Nisto se viu uma interpretação do que está escrito: O Espírito de Deus pairava sobre as águas. Pouco cuidadoso de certo com a maneira por que a Escritura designa habitualmente o Espírito de Deus, como o ar também se chama espírito, parece que se pode imaginar que esta passagem mencionava estes quatro elementos. Quanto à afirmação de Platão de que filósofo é o que ama a Deus, nada há mais claro nas Escrituras. (AGOSTINHO, 2000, p. 732)

A afirmação que teologia e filosofia em Agostinho tem uma interseção vem da própria obra do autor como se pode notar na citação. Ele busca aproximar Platão e o relato de Gênesis. É tão grande sua crença que os dois textos tenham ligação que Agostinho supõe contato do autor com o conteúdo do texto bíblico. A base da comparação é o termo Água e Ar, associando este último ao Espírito Santo. Além disso, ele utiliza uma definição de filósofo que está em total acordo com as Escrituras: filósofo é aquele que ama a Deus. Ou seja, tipicamente como a escola de Alexandria fazia, Agostinho, como seu mestre Ambrósio, compreende textos das Escrituras com o auxílio da Filosofia ou compara o sentido das Escrituras com as ideias

encontradas na Filosofia. Agostinho complementa sua explicação usando o famoso texto de Lucas falando sobre Paulo em Atenas conforme Atos 17:

Mas onde quer que seja que Platão tenha aprendido estas verdades, quer tenha sido nos livros dos antepassados quer tenha sido, como diz o Apóstolo: Porque o que de Deus se pode conhecer está patente. O próprio Deus o manifestou. Desde que o mundo existe, as suas perfeições invisíveis tomaram-se visíveis ao espírito por meio das suas obras, bem como o seu eterno poder e a sua divindade creio ter mostrado suficientemente que tinha razão em escolher os platônicos para com eles discutir a questão que nos ocupa da teologia natural: ‘Será preciso, tendo em vista a felicidade depois da morte, oferecer sacrifícios a um só Deus ou a muitos?’ (AGOSTINHO, 2000, p. 735)

O texto bíblico citado por Agostinho é um dos mais usados para falar sobre a relação entre teologia e filosofia, visto que neste Paulo estava falando com filósofos epicureus e estoicos, respondendo no Areópago, as perguntas e anunciando sua mensagem que era uma resposta teológica a temáticas filosóficas. Agostinho era profundamente Paulino, transformando assim uma prática do maior missionário do Cristianismo do século I em um modelo de pensar e fazer teologia e filosofia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Qual a contribuição de Agostinho em relação ao problema do mal já que outros autores já haviam trabalhado essa ideia? O grande ponto em que Agostinho contribui em relação ao problema do mal não está ligado à sua originalidade, porque as ideias que utiliza a respeito do bem ou mal e principalmente de livre-arbítrio podem ser encontrados em obras de teólogos como Orígenes, que praticamente já havia defendido a ideia do mal como ausência do bem, afirmando a responsabilidade humana pela Queda da criação. A grande contribuição de Agostinho está em reunir essas ideias que já haviam sido trabalhadas antes por teólogos como Orígenes, conectando-as as ideias a outros temas teológicos importantes da cristandade e sistematizando a problemática do mal em suas obras. Ninguém na Antiguidade Tardia, usou tantos livros e demorou tanto tempo buscando responder ao problema do mal como Agostinho. Mas será que o maniqueísmo ainda existe hoje?

Essa reflexão sobre o maniqueísmo deve produzir em nós a seguinte pergunta: estamos tentando de forma ontológica colocar o mal como se tivesse ligado a algo ou estamos percebendo a nossa participação em relação ao próprio mal? Nós estamos de forma até mesmo inconsciente buscando um mal ou estamos lembrando que na verdade esse mal foi produzido também por alguém? Será que o determinismo biológico e social não estaria também ligado a uma tentativa de colocar o mal como ligado a própria natureza das coisas e natureza do homem, do que denominamos de biológico químico ou colocamos como social fugindo assim também da capacidade humana de interagir com o mundo e de forma dinâmica até mesmo ser ligado a responsabilidade humana?

O Maniqueísmo continua vivo porque a ideia que existe ainda na política moderna onde são dois lados que estão combatendo um ao outro com a mesma rivalidade que existia entre as ideias de Zoroastro dos séculos II e III, só que agora adquirindo novas vestimentas tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista político. Não existe mais uma ligação espiritualista ou mística, mas existe ainda a mesma intensidade dogmática, o mesmo dualismo ontológico, a mesma defesa de uma espécie de ortodoxia política, onde os dois lados conseguem ver o mal no outro ou tentam reduzir bem alguns tipos de termos ou mesmo comportamentos considerados aceitáveis. O maniqueísmo estava morto, mas já ressuscitou e tem passado muito bem, por que na verdade não se consegue mais pensar além polarização.

O maniqueísmo é um tema atual, pois no século XX, o mal se tornou radical, criou mecanismo de defesa legal, participação social coletiva, ganhou status de filosofia política e até mesmo política de estado. O mal estava no outro que era judeu, inferior. O bem estava na raça

pura, ariana, superior. Todos os diferentes eram vistos como inimigos e se tornaram um mal a ser eliminado. No final de tudo a transferência de responsabilidade moral se tornou um argumento popular comum como tentativa de escapar dos crimes cometidos durante a guerra. Ou seja, foi uma abordagem maniqueísta da sociedade que influenciou a visão de mundo dos nazistas e cooperou para criação de uma categoria boa (arianos) e má (judeus). Foi também uma forma de maniqueísmo tentar transferir o mal apenas para hierarquia militar e ordens políticas, deixando de fora a responsabilidade dos indivíduos envolvidos nos horrores da guerra.

O maniqueísmo político tem prejudicado a reflexão sobre as questões socioeconômicas, tem modificado a natureza do exercício da política, tem interrompido a qualidade da comunicação nas redes sociais, reduzindo assim a possibilidade da democratização do debate. Não existe mais clareza quando nos referimos a questões sociais ou quando falamos de problemas concretos. O maniqueísmo criou mais uma defesa de um grupo ligado à virtude, ou certo ou errado, e tornou os debates públicos mais uma arena de combate do que uma oportunidade para o crescimento através da reflexão filosófica.

Quando o maniqueísmo volta à cena contemporânea as pessoas se tornam mais ligadas em rótulos, mais buscando quem é bom ou quem é o mal e isso faz com que praticamente não haja a argumentação, mas apenas adjetivação. O diálogo se torna difícil. Na verdade, o que existe é um combate social e político, muitas vezes com ofensas. Isso mostra que aquela velha dicotomia entre santo e pecador saiu do campo religioso-teológico para o campo político-social onde tudo é resumido a ideia do “eu estou do lado bem e você do lado do mal”.

O maniqueísmo está presente também na visão espiritualista do neopentecostalismo, que segundo sua visão de batalha espiritual altamente dualista, ainda vê o combate entre o bem e o mal como duas forças iguais e antagônicas, onde anjos e demônios lutam intensamente pelos territórios, determinando assim condições físicas, psicológicas, emocionais e espirituais. Não se deve esquecer também que a ideia do mal estando “alojado” nas coisas ou nas pessoas também faz parte de uma ontologia maniqueísta.

Agostinho é um gigante intelectual que se apropria do ouro do Egito, mostrando que Jerusalém tem tudo a ver com Atenas, pois no mesmo nível de diálogo cultural, teológico e filosófico de Clemente, Orígenes e Irineu, ele consegue conciliar a fé e a razão sem misturar a natureza das duas em suas especificidades e, ao mesmo tempo, explorar o melhor das duas sem cair no abismo fideísmo ou no poço do racionalismo, ademais sem se render a um misticismo antibíblico ou ao dogmatismo cego. Ele não comete suicídio da razão para honrar a fé nem mesmo mata a fé em nome do racional. Ele conhece as potencialidades dessa união e traz o melhor que existe de uma analítica filosófica banhada nas concretudes das experiências

reais que a fé lhe proporciona e isso tudo ligado a temáticas universais, onde o cenário da vida se transforma no palco do filosofar da fé e do crer da razão. Tudo isso sem o medo de perguntas difíceis e sem os reducionismos da incredulidade. Agostinho personifica de forma exemplar a fé em busca de compreensão e a interseção entre filosofia e teologia.

Entende-se que Agostinho parte da teologia da criação como fundamento para contextualizar a origem do mal. Ele sabia que tudo o que Deus havia feito era bom, logo, isso excluía a criação do mal, como entidade metafísica. Como explicar a existência de algo que não foi criado? Como ele entendia o papel de Deus como criador e a estranha existência do mal?

Segundo Estrada (2004), a condição cristã e neoplatônica de Santo Agostinho levou-o a negar a substancialidade do mal, como premissa necessária para poder afirmar a bondade da criação a partir do nada. Se o maniqueísmo situava o mal ontológico e natural, dentro da dimensão material, excluindo assim o mal, Agostinho, por sua vez, corrige esse erro e mostra que o primeiro não existe, o segundo é consequência do último, que é o mal praticado pelo homem, que, por seu turno, vem da má utilização do livre arbítrio.

Para o hiponense Deus era o Sumo bem, de onde tudo que era bom tinha sua origem. Em suas palavras:

Com efeito, conceber de Deus a opinião mais exte possível é o começo mais autêntico da piedade. E ninguém terá de Deus um alto conceito, se não crer que ele é todopoderoso e que não possui parte alguma de sua natureza submissa a qualquer mudança. Crer ainda que ele é o Criador de todos os bens, aos quais é infinitamente superior; assim como ser ele aquele que governa com perfeita justiça tudo quanto criou, sem sentir necessidade de criar qualquer ser que seja, como se não fosse autossuficiente. Isso porque tirou tudo do nada (AGOSTINHO, 1995, p. 18).

Deus e a criação possuem um significado elevado na teologia Agostiniana e não seria exagero dizer que toda sua trajetória filosófica depois do maniqueísmo é inteiramente teocêntrica. Ele sempre se refere a Deus como Supremo Bem e não paira sobre seu pensamento nenhuma possibilidade de ligação entre Deus e o mal, visto que a própria natureza de Deus o impediria de qualquer envolvimento com o mal. Se o mal não vem de Deus, então como explicar o mal sem tornar autor do mal?

A explicação agostiniana é redefinir o mal a partir de sua negatividade, ou seja, o mal não era uma substância, mas apenas ausência do bem. O mal é a privação do bem. Ele é algo privado do bem e não algo que é eterno, como um princípio antagônico do bem como diziam os maniqueístas. Segundo o Hiponense: Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflète no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça

de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário (AGOSTINHO, 1995, p. 17).

Deus concedeu ao homem livre arbítrio, mas ele acabou caindo no pecado e usando mal o que Deus o havia dado. Logo, para Agostinho, a responsabilidade moral do homem era total, porque sua condição não era fatalista, ou mesmo de escravo de um determinismo cego. Ele possuía razão e, assim, poderia escolher fazer o que era correto. Para o Doutor da fé a responsabilidade moral é uma das condições para a existência da aplicação da justiça divina. Pois quem deveria ser condenado por algo que fez de errado se não teve outra escolha? Como o homem é livre, logo, ele é responsável pelos seus atos diante de Deus.

Pois, bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. [...] é a divina Providência que dirige o universo —, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo (AGOSTINHO, 1995, p. 17).

Agostinho nega que o mal tenha origem em Deus, utilizando-se, para tanto, de um silogismo: Deus não pode ser bom e fazer o mal e nem ser justo e ainda assim julgar injustamente. Ele expressa sua crença em um Deus que está agindo no mundo com sua providência e que castiga os injustos e recompensa os justos. Em outras palavras, a ontologia divina é um obstáculo para a ligação entre a gênese do mal e Deus. Se Deus não é origem do mal então o mal não pode ser ontológico. Como então explicar sua origem? O pensador liga a origem do mal ao livre arbítrio do homem. Logo, o mal não é primeiramente um problema teontológico, mas um problema antropológico. O mal é resultado da liberdade humana e não criação divina. Se o mal não fosse voluntário como haveria base para a justiça de Deus sobre as más ações humanas? Diferente da visão que o paganismo tinha do homem como sujeito ao destino, para o pensador o homem é responsável pelas suas ações e seus atos podem ser julgados, pois são autodeterminados.

Percebe-se, portanto, seu afastamento do maniqueísmo quando ele rejeita o que segundo Costa (2002) é uma explicação ontológico-dualista-materialista e passa a se apoiar em uma visão mais teológico-filosófica-moral fazendo assim do primeiro, o contexto para o segundo e do segundo uma resposta ao primeiro. Essa transição constituiu-se como o centro da nossa investigação, pautada na premissa da importância dessa relação crítica e teórica entre filosofia e teologia.

Agostinho se converte tanto a filosofia quanto ao Cristianismo, pois ele passa a desejar a sabedoria através de Cícero e depois lamenta que na verdade este não falava de Cristo, vazio esse que Ambrósio poderia preencher através dos seus sermões. Foi através dos

ensinamentos deste que a verdade fora entrando devagar na sua alma, e na memorável noite em um jardim atormentado, ele ouve uma canção pelos lábios de uma criança, que dizia: □ toma o livro e leia. Ele entendeu como uma resposta divina o texto de Paulo, da Carta aos Romanos, capítulo 13. O relutante convertido, antes ouvinte do maniqueísmo, agora se rende ao Cristianismo. O que era apenas uma admiração pela retórica de um bispo, agora se tornou uma rendição à Verdade.

Desta feita, é possível comparar as mudanças de conceitos de Agostinho em sua fase no maniqueísmo e depois já vinculado ao Cristianismo, contrastando para fins didáticos. Para o maniqueísmo o mal é um problema ontológico e natural, para Agostinho é um problema moral. Para o maniqueísmo o problema era cosmológico e teológico. Para Agostinho era um problema antropológico e axiológico. Para o maniqueísmo tudo era determinado, logo o homem não tinha liberdade. Para Agostinho o homem era livre e responsável. Para os maniqueístas, a criação era má, para Agostinho ela era boa tanto em seu aspecto material quanto espiritual. Para o maniqueísmo Deus era o culpado pelo mal, para Agostinho Deus era a causa de tudo que é bom.

Agostinho abandonou o determinismo maniqueísta e adotou o voluntarismo cristão. Deixou cosmologia dualista maniqueísta pela teologia da criação. Substituiu o materialismo pela metafísica filosófica e cristã. Ele agora encontrara descanso. Que melhor consideração poderia haver do que Agostinho comparando as ideias dos maniqueístas com a doutrina cristã:

Finalmente, tendo em conta que nossa questão com os maniqueus é sobre religião, e é uma questão religiosa o que se deve pensar piedosamente sobre Deus, porque não podem negar que o gênero humano está mergulhado na miséria dos pecados, eles dizem que a natureza de Deus se encontra na miséria. Nós negamos e dizemos que se encontra na miséria a natureza que Deus criou do nada e que ela chegou a esse ponto, não obrigada, mas pela própria vontade de pecar. Eles dizem que a natureza de Deus é obrigada pelo próprio Deus a fazer penitência de seus pecados. Nós negamos e dizemos que a natureza que Deus criou do nada, depois de ter pecado, é obrigada à prática da penitência pelos pecados. Eles dizem que a natureza de Deus recebeu do próprio Deus o perdão. Nós negamos e dizemos que a natureza, que Deus criou do nada, se converter de seus pecados para seu Deus, receberá o perdão dos pecados. Eles dizem que a natureza de Deus é necessariamente mutável. Nós negamos e dizemos que a natureza que Deus criou do nada sofreu mudança por sua própria vontade. Eles dizem que os pecados alheios prejudicam a natureza de Deus. Nós negamos e dizemos que os pecados não prejudicam nenhuma natureza a não ser a deles; e acrescentamos que em Deus há tanta bondade, tanta justiça, tanta incorrupção, que nem peca nem ele prejudica a alguém que não queira pecar, nem a ele alguém que queira pecar. Eles dizem que existe a natureza do mal, à qual Deus foi obrigado a entregar parte de sua natureza para ser atormentada. Nós dizemos que mal nenhum é natural, mas que todas as naturezas são boas, e que Deus é a natureza mais excelente e que as demais são natureza por ele; e que todas são boas enquanto são, porque Deus fez todas as coisas muito boas, mas ordenadas em graus que as diferenciam, de modo que uma coisa seja melhor que uma outra. E assim se completa com toda a espécie de bens este universo que, com alguns bens perfeitos, outros imperfeitos, é todo ele

perfeito, e Deus, seu criador e administrador, não cessa de governá-lo com normas de justiça; ele que faz boas todas as coisas por sua vontade de nenhum mal padece necessariamente. Sua vontade, excede todas as coisas e de forma alguma sente algo contra sua vontade. Portanto, dizendo eles umas coisas e nós, outras, cada uma escolha o que deva seguir. O que disse de boa-fé diante de Deus, eu o expus como me parecia sem qualquer pretensão de disputa, sem qualquer dúvida acerca da verdade e sem qualquer prevenção contra uma exposição mais cuidadosa. (AGOSTINHO, 2005, p. 345)

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5.Ed, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430 **A natureza do bem. O castigo e o perdão dos pecados. O batismo das crianças** / Santo Agostinho; tradução de Aduari Fiorotti, D. Paulo A. Mascarenhas Roxo, O. Praem; introdução e notas de Heres Drian de O. Freitas. – São Paulo: Paulus, 2019. Coleção Patrística.

AGOSTINHO. **A verdadeira religião**. Trad. Oliveira, N. A. São Paulo: Paulinas, 1987.

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus.V.1**. Trad. J. D ia s P e r e ir a. Av. de Berna. Lisboa Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.

AGOSTINHO. **Comentário aos Genesis**. Tradução de Agostinho Belmonte. Coleção Patrística 21. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINHO **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Marante. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

AGOSTINHO. **Contra acadêmicos, A ordem, A Grandeza da alma, O mestre**. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008.

AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. Trad. Oliveira, N. A. Col. Patrística, São Paulo: Paulus, 1995.

BARCARAT JUNIOR, José Carlos. Plotino, **Enéadas I, II e III - Porfírio, Vida de Plotino**: introdução, tradução e notas I José Carlos Baracat Júnior_ --Campinas, SP: [s.n.], 2006.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição com letras vermelhas rev. e corrigida no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Editora Hagnos, 2014.

COOPER. E. David. **As filosofias do mundo**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

ESTRADA, J. Ruan. **A impossível teodiceia: A crise de Fé em Deus e o problema do mal**. São Paulo: Paulinas, 2004.

EPICURO. **Antologia de textos**. Tradução de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

EVANS, G.R. **Agostinho sobre o Mal**. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

FERRATER, José Mora. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Gilson. Étienne. **A Filosofia na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

GREGÓRIO DE NISSA, Santo. **A criação do homem; A alma e a ressurreição; A grande catequese**. Tradução Bento Silva Santos. (Coleção “Patrística”). São Paulo: Paulus, 2011.

HICK, John. **O mal e o deus do amor** / John Hick; tradução de Sérgio Miranda. –Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

LEÃO MAGNO. **Sermões**. Ano: 1997, São Paulo: Paulus.1997

MORESHINI, Claudio. **História da Filosofia Patrística**. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

NOVAES, Moacyr A. **A razão em exercício. Estudos sobre a filosofia de Agostinho**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ORIGENES. **Tratados sobre Princípios**. Tradução: João Eduardo Pinto Basto Lupi. São Paulo: Paulus, 2012.

PLATÃO. **República**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

PLOTINO. Enéadas. **PORFIRIO. Vida de Plotino**. Introducciones, traducciones y notas de J. Igal. Vols. I-III. Madrid: Gredos, 1992.

REALE, Giovane. **História da Filosofia. V.I**. São Paulo:Paulus,1990.

SANTO AMBROSIO DE MILÃO. **Examerão. Os seis dias da criação**. São Paulo: Paulus, 2009.

RICOUER, Paul. **O mal um desafio a filosofia e à teologia**. Tradução: Maria da Piedade de Eça Almeida. São Paulo: Papiros Editora, 1988.

SANTO ATANÁSIO. **Contra os pagãos - A encarnação do Verbo - Apologia ao imperador Constâncio - Apologia de sua fuga - Vida e conduta de S. Antão**. São Paulo: Paulus, 2002.

SANTO HILÁRIO DE POITIERS. **Tratado sobre a Santíssima Trindade**. Tradução: Cristina Panna de Andrade. São Paulo: Paulus, 2005.

S. JOÃO CRISOSTOMO. **Comentário as cartas de Paulo/1.Homilias sobre a Carta aos Romanos: Comentários sobre a Carta aos Galaras: Homilia sobre carta aos Efésios**. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Patrística 27/1)

SCOPELLO, Madeleine. **Concorrentes do Cristianismo: Gnose e maniqueísmo.** In: História do Cristianismo: para compreender melhor nosso tempo. Or. Alain Corbin et all. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2009.

SERTILLANGES, A.D. **O problema do mal.** Tradução: Enzeo Emanuel. Sertanópolis-Pr. Calvariae Editorial,2020.

STRATERN, Paul. **Santo Agostinho em 90 minutos.** Tradução: Maria Helena Geordane. São Paulo. Editora Zahar,1999.

VAZ, Henrique C. de. Lima. **Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.